

IDOR

INSTITUTO D'OR
PESQUISA E ENSINO

ANAIS



RESUMOS EXPANDIDOS

Sumário

ANÁLISE NEUROPSICOLÓGICA DE REBECCA PEARSON ("THIS IS US"): UM ESTUDO DE CASO.....	3
NEUROCIÊNCIA DO COTIDIANO: O ORÇAMENTO VITAL COMO FERRAMENTA DE PROMOÇÃO DE BEM-ESTAR EMOCIONAL E SAÚDE INTEGRAL.....	7
ESCOLA E PANDEMIA: RODAS DE CONVERSA E AS VIVÊNCIAS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	11
ESTÁGIO EM TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ALUNOS DA UFRRJ.....	17
ANÁLISE DA AQUISIÇÃO DE LINGUAGEM: UM ESTUDO DE CASO.....	21
SINAIS E SILENCIOS: A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO NA PSICOLOGIA.....	29
A AVALIAÇÃO NEUROPSICOLÓGICA EM UM CONTEXTO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: UM ESTUDO DE CASO	34
INTERVENÇÕES PSICOLÓGICAS E TECNOLOGIA: TRATAMENTO DE TRANSTORNO DE PÂNICO E AGORAFOBIA COM REALIDADE VIRTUAL.....	38
DESAFIOS DO ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS REFUGIADAS: UM ESTUDO COM PROFISSIONAIS DA SOS ALDEIAS INFANTIS.....	47
ESQUEMAS INICIAIS DESADAPTATIVOS, APEGO E DEPENDÊNCIA EMOCIONAL EM MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLENCIA.	52

ANÁLISE NEUROPSICOLÓGICA DE REBECCA PEARSON ("THIS IS US"): UM ESTUDO DE CASO.

Emanuel Antonio Corrêa Ribeiro¹, Ana Clara Moreira de Castro¹, Lara Colucci dos Santos¹,
Luiza Pimenta Domingues¹, Emmy Uehara Pires^{1,2}

¹ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro ² Professor orientador

E-mail para contato: emanuelcorrea@ufrj.br

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo analisar a personagem Rebecca Pearson, da série This is Us (2016), sob a ótica do psicodiagnóstico, visando uma avaliação de seu funcionamento cognitivo, emocional e comportamental. À vista disso, através da observação sistemática da série, foi possível notar o início dos sintomas de comprometimento cognitivo, indicativos de Transtorno Cognitivo Leve (TCL). Foi observada, ainda, a aplicação do Montreal Cognitive Assessment (MoCA), que corroborou para o diagnóstico inicial, servindo como base para o plano de avaliação proposto. A partir disso, a metodologia qualitativo-descritiva possibilitou a seleção de instrumentos para investigar memória, atenção, funções executivas, linguagem e humor, visando monitorar a progressão dos sintomas e orientar intervenções. Desse modo, os resultados destacaram a importância de uma abordagem que preserve a autonomia e qualidade de vida de pacientes com declínio cognitivo. Conclui-se também, que a análise de personagens fictícios é uma alternativa viável e dinâmica para integrar a teoria e prática do ensino clínico em psicologia. Assim, o estudo possibilita análises sobre a representação midiática de transtornos neuropsicológicos, além de reforçar a relevância do diagnóstico precoce e oferecer um modelo clínico aplicável.

Palavras-chave: avaliação neuropsicológica, estudo de caso, Transtorno Cognitivo Leve.

Introdução

A avaliação neuropsicológica desempenha um papel crucial no diagnóstico precoce e no planejamento de intervenções que visam à manutenção da autonomia e da qualidade de vida dos pacientes. Nesse contexto, a análise de casos clínicos fictícios, como proposto por Rigoni e Sá (2016), oferece uma ferramenta para o ensino de psicodiagnóstico, permitindo a aplicação de critérios clínicos e a exploração de instrumentos

de avaliação sem riscos éticos, além de contribuir para o debate sobre a representação midiática de transtornos neuropsicológicos e sua relação com a prática profissional. Portanto, o presente trabalho tem como foco a personagem Rebecca Pearson, da série This is Us (2016), que apresenta sinais progressivos de comprometimento cognitivo, incluindo esquecimentos frequentes, desorientação e dificuldades de comunicação. Esses sintomas, que afetam sua funcionalidade e relações familiares, levam-na a buscar ajuda médica, sendo diagnosticada com Transtorno Cognitivo Leve com possível associação à Doença de Alzheimer.

Diante disso, o direcionamento desta pesquisa consiste na elaboração de um plano de avaliação neuropsicológica adequado para identificar e monitorar o TCL em Rebecca, considerando os critérios do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5-TR) e os instrumentos validados na prática clínica. Desse modo, o objetivo deste estudo é propor uma metodologia de avaliação, utilizando instrumentos neuropsicológicos para investigar as funções cognitivas afetadas, além de discutir a relevância do acompanhamento contínuo no manejo do quadro clínico.

Metodologia

Para construção do plano de avaliação neuropsicológica foi realizado um estudo de caso qualitativo-descritivo, a partir da observação sistemática direta e não participante, da personagem Rebecca Pearson, inserida na série “This is us” (2016). À vista disso, foram procurados comportamentos específicos, previamente definidos (Cozby, 2012) que pudessem corresponder às classificações descritas no DSM-5-TR e às demais referências bibliográficas utilizadas. Sendo assim, para além da observação sistemática, foi utilizado como base o livro “Neuropsicologia: aplicações clínicas” (Malloy-Diniz et al., 2015), objetivando auxílio na construção do raciocínio clínico necessário para o planejamento da avaliação neuropsicológica.

Resultados e Discussão

A observação sistemática de Rebecca Pearson, personagem de This Is Us, revelou o surgimento de sintomas de comprometimento cognitivo por volta dos 69 anos, caracterizados por esquecimentos frequentes, desorientação, perda de objetos e dificuldades de comunicação, que progressivamente afetaram sua autonomia e mobilizaram sua família a buscar ajuda médica. A análise desses sintomas, comparada aos critérios do



DSM-V-TR possibilitou a formulação da hipótese diagnóstica de Transtorno Cognitivo Leve, evidenciado pelo declínio em múltiplos domínios cognitivos, ainda que sem comprometer completamente sua independência nas atividades diárias. O diagnóstico foi corroborado pela aplicação do Montreal Cognitive Assessment (MoCA) e por achados de neuroimagem que mostraram atrofia hipocampal, o que sugere uma possível etiologia relacionada à Doença de Alzheimer.

O plano de avaliação neuropsicológica proposto estrutura-se a partir da aplicação dos seguintes instrumentos: Teste do Desenho do Relógio (CDT) para monitorar as funções cognitivas; Escala Wechsler Abreviada de Inteligência (WASI) para avaliação e monitoramento dos aspectos que envolvem a inteligência; Teste da Memória de Figuras para análise da memória; Teste de Trilhas (TMT) para observar a velocidade de processamento e funções executivas; Teste de Fluência Verbal (FAS + Animais) para avaliação de linguagem e memória semântica; Escala de Depressão Geriátrica (GDS-15) para o rastreio de sintomas depressivos; Escala de Pfeffer (FAQ) que avalia a capacidade funcional em atividades diárias, o que auxilia na identificação dos prejuízos em demências iniciais e o Inventário Neuropsiquiátrico (NPI) sendo um heterorrelato útil na análise da evolução dos sintomas comportamentais e psicológicos dos pacientes. Assim, a escolha cuidadosa dos testes, pensando em uma população mais lenticificada, busca consonância com uma abordagem multidimensional que visa não apenas acompanhar a evolução dos sintomas, mas também identificar áreas específicas para intervenções reabilitativas que preservem a autonomia e qualidade de vida do paciente.

A estruturação desse processo avaliativo demonstra a importância de tal abordagem integrada no manejo de transtornos neurocognitivos, combinando instrumentos padronizados com observação clínica contínua. Por conseguinte, o caso de Rebecca ilustra como a avaliação neuropsicológica pode orientar tanto o diagnóstico quanto o planejamento de intervenções personalizadas em quadros de declínio cognitivo progressivo.

Conclusão

Este estudo permitiu elaborar um plano de avaliação neuropsicológica para a personagem, que apresenta um quadro compatível com Transtorno Cognitivo Leve devido à possível Doença de Alzheimer. A análise de seus sintomas, aliada à aplicação dos critérios do



DSM-5-TR, confirmou a pertinência do diagnóstico, reforçando a importância do acompanhamento clínico diante do caráter progressivo do declínio cognitivo. A seleção dos instrumentos evidenciou a necessidade de uma abordagem multidimensional, capaz de avaliar funções cognitivas específicas e aspectos emocionais, como o humor, que frequentemente acompanham quadros demenciais.

Além de contribuir para a discussão sobre a representação midiática de transtornos neuropsicológicos, este trabalho reforça a relevância do diagnóstico precoce e do planejamento de intervenções personalizadas, visando à manutenção da autonomia e da qualidade de vida de pacientes com TCL. Assim, a estrutura proposta para o caso de Rebecca pode servir como modelo para a prática clínica, destacando a importância do monitoramento contínuo no manejo de condições neurodegenerativas. Por fim, reafirma-se o valor pedagógico de estudos com personagens fictícios, que, quando analisados com rigor teórico-metodológico, oferecem um possibilidades para o desenvolvimento de habilidades essenciais na formação de psicólogos.

Referências

- American Psychiatric Association. (2022). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5-TR* (5^a ed. rev.). Artmed.
- Cozby, P. (2012). *Métodos de pesquisa em ciências do comportamento* (5^a ed.). Atlas.
- Fogelman, D. (Produtor). (2016–2022). *This is Us* [Série de TV]. NBC. Disponível em Disney+ & Amazon Prime Video. Acesso em abril de 2025.
- F. Malloy-Diniz et al. (Orgs.), *Avaliação neuropsicológica* (pp. 232–243). Artmed. Malloy-Diniz, L. F., Fuentes, D., Abreu, N., & Consenza, R. M. (2015). *Neuropsicologia: aplicações clínicas*. Artmed.
- Rigoni, M. S., & Sá, S. D. (2016). O processo psicodiagnóstico. In C. S. Hutz et al. (Orgs.), *Psicodiagnóstico* (6^a ed., pp. 47–60). Artmed

NEUROCIÊNCIA DO COTIDIANO: O ORÇAMENTO VITAL COMO FERRAMENTA DE PROMOÇÃO DE BEM-ESTAR EMOCIONAL E SAÚDE INTEGRAL.

Autores: Carla David Bastos Ramiarina (autor) ; Felipe Kenji Sudo (Professor Orientador)

Instituto D'Or de Pesquisa e Ensino (IDOR)

e-mail para contato: carlaramiarina@gmail.com

Resumo

Este estudo apresenta o desenvolvimento teórico-aplicado do Orçamento Vital, uma ferramenta de intervenção em saúde emocional. A proposta teve origem em uma experiência pessoal de cuidado, posteriormente estruturada como recurso prático para organização e acompanhamento de hábitos saudáveis. O Orçamento Vital consiste em um diário semanal que orienta a adoção de práticas simples e acessíveis, como exposição solar, ingestão de água, gratidão e leitura. Tais práticas foram selecionadas com ancoragem em evidências empíricas, que reconhecem seus efeitos positivos sobre a saúde mental e física. O desenvolvimento da ferramenta foi motivado por observações subjetivas registradas ao longo de três meses de mediação no processo de recuperação da saúde de um familiar. Embora ainda não validada por método formal, a proposta se mostra coerente com os princípios da psicologia da saúde, com potencial de aplicação clínica e educativa. Estudos futuros poderão investigar sua aceitabilidade, adesão e impacto por meio de delineamentos qualitativos e quantitativos.

Palavras-chave: Promoção da Saúde; Emoções; Neurociências; Estilo de Vida; Autocuidado.

Introdução

A relação entre hábitos cotidianos e saúde emocional tem sido objeto de crescente interesse nas ciências da saúde. A literatura especializada aponta que práticas simples, como exposição à luz natural, atividade física leve, sono regular, leitura e expressão de gratidão, estão associadas à regulação de neurotransmissores como dopamina, serotonina, endorfinas e acetilcolina, promovendo melhor qualidade de vida. Apesar disso, muitas pessoas



enfrentam dificuldades em manter esses hábitos de forma consistente. Diante dessa lacuna entre conhecimento e prática, este estudo apresenta e contextualiza o Orçamento Vital, uma ferramenta estruturada a partir de base conceitual, com vistas à sua futura investigação quanto à aplicabilidade e eficácia em contextos de saúde.

Metodologia

O Orçamento Vital foi concebido como um diário semanal estruturado em 13 práticas diárias. Cada prática foi selecionada com base em pesquisas reconhecidas, priorizando intervenções de baixo custo, fácil adesão e reconhecidas por seus efeitos positivos sobre a saúde mental e física. Sua estrutura foi orientada por uma experiência pessoal de cuidado fundamentado nos conceitos da literatura científica atual. Ainda não submetida à avaliação formal por pares, a proposta encontra-se em estágio exploratório, com potencial de aplicação clínica e educativa a ser investigado em estudos futuros.

Resultados e Discussão

Embora sem um delineamento experimental, as interações espontâneas com um pequeno grupo inicial de usuários — convidados a experimentar a ferramenta de forma livre e não protocolar — favoreceram ajustes na linguagem e na estrutura do instrumento. A distribuição informal foi motivada pela receptividade e interesse demonstrados, sem orientação técnica prévia ou solicitação de retorno sistemático. Observou-se, de maneira subjetiva, certa resistência à prática do registro, ainda que os benefícios fossem reconhecidos. Esse contraste reforça a relevância do Orçamento Vital como proposta que busca atuar **na interseção entre o conhecimento e a dificuldade real de implementação de hábitos saudáveis**. A ferramenta se diferencia por integrar práticas com respaldo científico em uma apresentação acessível, com potencial de adesão em contextos clínicos, psicoeducativos e de autocuidado, a ser investigado em estudos futuros.

Conclusão

O Orçamento Vital é uma proposta teórico-aplicada sensível às necessidades cotidianas de quem busca cultivar hábitos saudáveis com simplicidade, intencionalidade e referencial científico. Sua concepção, nascida de uma experiência pessoal exitosa de cuidado, demonstra



que intervenções práticas podem ser construídas a partir de vivências significativas e fundamentadas por evidências sólidas das neurociências e da psicologia da saúde. Ainda em estágio exploratório, a ferramenta se mostra promissora como recurso complementar em contextos clínicos, educativos e de autocuidado. Seu diferencial está na linguagem acessível e na organização intuitiva, que aproximam o conhecimento científico da prática real. Recomenda-se a continuidade de sua investigação por meio de delineamentos quantitativos e qualitativos, capazes de avaliar sua efetividade, aceitação e impacto. Ao conectar saber e fazer, ciência e sensibilidade, o Orçamento Vital oferece uma nova perspectiva sobre o cuidado cotidiano como caminho para a promoção integral da saúde.

Referências

- Buss, P. M., & Pellegrini Filho, A. (2007). A saúde e seus determinantes sociais. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 17(1), 77–93. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312007000100006>
- Czeisler, C. A., & Gooley, J. J. (2007). Sleep and circadian rhythms. *Cold Spring Harbor Symposia on Quantitative Biology*, 72, 579–597. <https://doi.org/10.1101/sqb.2007.72.064>
- Edmonds, C. J., Foglia, E., Booth, P., Fu, C. H. Y., & Gardner, M. (2021). Dehydration in older people: A systematic review of the effects of dehydration on health outcomes, healthcare costs and cognitive performance. *Archives of gerontology and geriatrics*, 95, 104380. <https://doi.org/10.1016/j.archger.2021.104380>
- Emmons, R. A., & McCullough, M. E. (2003). Counting blessings versus burdens: An experimental investigation of gratitude and subjective well-being in daily life. *Journal of Personality and Social Psychology*, 84(2), 377–389. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.84.2.377>
- Holt-Lunstad, J., Smith, T. B., & Layton, J. B. (2010). Social relationships and mortality risk: A meta-analytic review. *PLOS Medicine*, 7(7), e1000316. <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1000316>
- Kelly, S., Martin, S., Kuhn, I., Cowan, A., Brayne, C., & Lafortune, L. (2016). Barriers and Facilitators to the Uptake and Maintenance of Healthy Behaviours by People at Mid Life: A Rapid Systematic Review. *PLoS one*, 11(1), e0145074. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0145074>
- Pennebaker, J. W. (2006). *Abra seu coração: O poder de cura através da expressão das emoções* (R. F. Machado, Trad.). Editora Gente.

Ratey, J. J. (2008). *Spark: The revolutionary new science of exercise and the brain*. Little, Brown.

Unanue, W., Gomez Mella, M. E., Cortez, D. A., Bravo, D., Araya-Véliz, C., Unanue, J., & Van Den Broeck, A. (2019). The Reciprocal Relationship Between Gratitude and Life Satisfaction: Evidence From Two Longitudinal Field Studies. *Frontiers in psychology*, 10, 2480. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2019.02480>

Zhang, Y. B., Pan, X. F., Chen, J., Cao, A., Xia, L., Zhang, Y., Wang, J., Li, H., Liu, G., & Pan, A. (2021). Combined lifestyle factors, all-cause mortality and cardiovascular disease: a systematic review and meta-analysis of prospective cohort studies. *Journal of epidemiology and community health*, 75(1), 92–99. <https://doi.org/10.1136/jech-2020-214050>

Zhang, W., Zhang, Y., & Wang, J. (2022). Effect and mechanism of reading habits on physical and mental health among the elderly: Evidence from China. *Frontiers in public health*, 10, 1031939. <https://doi.org/10.3389/fpubh.2022.1031939>

Windred, D. P., Burns, A. C., Lane, J. M., Olivier, P., Rutter, M. K., Saxena, R., Phillips, A. J. K., & Cain, S. W. (2024). Brighter nights and darker days predict higher mortality risk: A prospective analysis of personal light exposure in >88,000 individuals. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, 121(43), e2405924121. <https://doi.org/10.1073/pnas.2405924121>

ESCOLA E PANDEMIA: RODAS DE CONVERSA E AS VIVÊNCIAS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

Melo, Rosane Braga*¹. Domingues, Andreza Maria Pixioline 2. Santos, Carol Rodrigues 3.

Silva, Pedro Fernandes Flauzino. 4 Souza, Ana Clara Cardoso.

1.Docente do curso de Psicologia da UFRRJ. 2. Discente do curso de Psicologia pela UFRRJ.

3. Discente do curso de Psicologia pela UFRRJ. 4. Discente do curso de Psicologia pela
UFRRJ.

Contato: rosanebm@yahoo.com.br

Resumo

A crise pandêmica da COVID-19 foi um evento de impacto nos campos da Saúde e da Educação, e com a recomendação do distanciamento social, as escolas foram fechadas. A crise educacional que sucedeu o surto de COVID-19 recrudesceu problemas que há muito tempo assolam o campo da educação, além de revelar as fragilidades da sociedade diante de contextos de crise. O presente trabalho tem como objetivo investigar os efeitos da pandemia de COVID-19 no campo da Educação, no contexto de fechamento e reabertura das escolas, a partir das enunciações das crianças e dos adolescentes. O percurso metodológico incluiu, em um primeiro momento, uma revisão integrativa de artigos, teses e dissertações que tiveram, em sua metodologia, a escuta de crianças e adolescentes sobre o tema “escola e pandemia”. No segundo momento, foram realizadas rodas de conversa com crianças e adolescentes em duas escolas públicas. Os resultados indicam que crianças e adolescentes se referem à escola como espaço importante para os laços sociais, todavia as crianças destacaram os ganhos da prescrição de isolamento social e os adolescentes as perdas, as angústias e os conflitos vividos na família associados ao fechamento das escolas. Embora diversos estudos apontem os impactos das medidas restritivas e o fechamento das escolas, adotadas durante a crise pandêmica, sobre o sofrimento psíquico de crianças e adolescentes, em tempos marcados por uma epidemia de diagnósticos, torna-se urgente propor alternativas à medicalização das crises subjetivas. Nesse contexto, a escola pode assumir um papel fundamental como espaço de escuta e de transformação identitária.

Palavras-chave: escola, pandemia, crianças, adolescentes.

Introdução

A COVID-19 se disseminou com alta taxa de transmissibilidade, causando o colapso dos sistemas de saúde. Para reduzir a taxa de transmissibilidade do vírus, foi indicada uma combinação de procedimentos de biossegurança (FIOCRUZ, 2021a). Neste contexto, as escolas foram fechadas, em âmbito mundial, e permaneceram totalmente fechadas por uma média de 3 a 5 meses (UNESCO, 2021); mas, no Brasil, o fechamento durou aproximadamente um ano.

O processo de abertura e de fechamento das escolas no Brasil foi realizado em um cenário de incertezas a respeito dos efeitos da pandemia na saúde mental e nos processos de ensino e aprendizagem dos discentes (Cipriani; Moreira; Cairus, 2021; FIOCRUZ 2021b, Guizzo; Marcello; Müller, 2020; Silva; Schröder; Gedrat, 2022; UNICEF, 2021). A pandemia revelou inúmeras dificuldades de acesso ao ensino remoto no país, alterou os ritmos escolares e provocou o crescimento de situações de vulnerabilidade social, e, com isso, aumentou as desigualdades sociais já existentes (Romanzini; Botton; Vivian, 2022). Neste contexto, pesquisas que ouviram crianças e adolescentes sobre o período de fechamento das escolas e os efeitos do ensino remoto na aprendizagem, por um lado, apontam as falhas no sistema de ensino e a desigualdade tecnológica como fatores determinantes na relação família-escola-aluno (Calderan, 2023; Mendes, 2021; Silveira, 2021); por outro lado, contradizem a visão que a escola tem dos alunos e de suas vidas, de seus laços com o saber, com a escola e com os educadores (Matiassi, 2022). Os alunos relatam sentir falta de estar na escola junto aos professores e colegas (Calderan, 2023; Matiassi, 2022; Silveira, 2021; Silva; Luz; Carvalho; Vazquez et al., 2022). Torna-se urgente o uso de recursos metodológicos participativos para compreender o período de crise pandêmica e de fechamento das escolas a partir da fala de crianças e adolescentes. Assim, a presente pesquisa teve como objetivo discutir os efeitos da pandemia de COVID-19 no campo da educação, no contexto de fechamento e reabertura das escolas, a partir das enunciações de crianças e adolescentes.

Metodologia

A proposta metodológica é de uma pesquisa qualitativa que, a partir da análise de conteúdo (Bardin, 2011), permitiu a organização e interpretação dos dados de maneira sistemática, destacando categorias e temas que emergiram das enunciações analisadas. Dentro as possibilidades de Análises de Conteúdo (AC), nesta pesquisa a metodologia utilizada foi a Categorial para interpretação dos dados apanhados a partir da transcrição dos diálogos

gravados nos encontros, além dos registros das reflexões dos participantes do estudo. O primeiro percurso metodológico contou com uma revisão integrativa que buscou por artigos, dissertações e teses, produzidos entre 2020 e 2025, que incluíram crianças e adolescentes na metodologia, a fim de organizar e destacar o conhecimento produzido no campo sobre o tema escola e pandemia. As buscas foram realizadas nas bases de dados Google Acadêmico, Scielo e Banco de Teses da CAPES, através dos seguintes descritores: pandemia, educação, escola, saúde mental, adolescência. O segundo percurso fez uso da Roda de Conversa como instrumento. As rodas foram realizadas em duas escolas públicas, com a participação de 37 crianças e 39 adolescentes, com idades entre 08 e 18 anos. No final de cada roda de conversa foram realizados os registros das impressões e, posteriormente, as falas foram transcritas para a organização dos eixos da análise.

Resultados e discussão

As crianças enfatizaram que não aprenderam “nada” durante o período do fechamento das escolas, e, quanto às tarefas disponibilizadas, algumas mencionaram folhas com tarefas, para que os cuidadores buscassem na unidade escolar. Já outras relataram não ter realizado nenhuma atividade, além de poucos relatos de aulas *online*. Poucas crianças tiveram acesso à explicadoras. Ressaltaram a oportunidade de conviver mais com os familiares, assistir televisão, brincar com colegas na rua, ficar acordado até de madrugada, usar boa parte de seu tempo para dormir e utilizar muito os aparelhos eletrônicos. Também relataram sentir falta de seus colegas de sala de aula. Assim como as crianças, os adolescentes ressaltaram a animação que sentiram frente à notícia da suspensão das aulas presenciais, como uma “pausa”. À medida que novas informações e orientações sanitárias foram divulgadas, surge a percepção de perigo e apreensão frente à falta de socialização, e, enfim, a sensação de terem “perdido parte de sua adolescência”. Para alguns grupos as escolas forneceram apostilas e realizaram aulas *online* e para outros sequer foram fornecidas atividades. Ainda que a tecnologia pudesse parecer um facilitador, os adolescentes consideraram ineficiente contar apenas com recursos expositivos para concluir o processo de ensino-aprendizagem. Mencionaram dificuldades no retorno às aulas presenciais, uma vez que não tiveram acesso aos conteúdos escolares dos anos anteriores, apontando para uma maior preocupação com o processo de ensino e aprendizagem e o futuro profissional. Alguns adolescentes relataram prejuízos referentes à concentração no retorno às aulas presenciais e falaram em “perda da inteligência”. Quanto às relações familiares, destaca-se que o convívio mais intenso, em alguns

casos, aumentou os conflitos. O papel da escola foi evidenciado pelos adolescentes como uma oportunidade de “sair de casa” e estar com os amigos.

Conclusão

A pesquisa teve como objetivo compreender os efeitos da pandemia de COVID-19 na Educação, durante o fechamento e a reabertura das escolas, a partir das percepções de crianças e adolescentes. O fechamento das escolas privou crianças e adolescentes do seu lugar de vivência e convívio (Guizzo et al., 2020), e promoveu nas famílias a necessidade do manejo cotidiano das tecnologias para cumprir as demandas escolares que surgem com o Ensino Remoto. Atualmente, a escola é um espaço central na vida das crianças e a sua ausência revelou a complexidade e fragilidade da sociedade diante de contextos de crise. Os participantes destacaram a importância da escola como espaço de vínculos sociais e relataram impactos distintos: enquanto as crianças mencionaram aspectos positivos do isolamento, os adolescentes expressaram sentimentos de perda, angústia e preocupação com o futuro, devido às dificuldades no processo de aprendizagem. As rodas revelaram-se fundamentais para a escuta e a elaboração das experiências vividas. Conclui-se o quanto ouvir crianças e adolescentes pode contribuir na construção de políticas públicas mais sensíveis e eficazes em contextos de crise, à medida que como a pandemia não foi a mesma para todos, a educação durante a pandemia também não foi garantida para todos. Embora diversos estudos apontem os impactos das medidas restritivas de deslocamento e do isolamento social, adotadas durante a crise pandêmica, sobre o sofrimento psíquico de crianças e adolescentes (Gaudenzi, 2021; Saggese, 2021; Vázquez et al., 2022), em tempos marcados por uma epidemia de diagnósticos, torna-se urgente propor alternativas à medicalização das crises subjetivas. Nesse contexto, a escola pode assumir um papel fundamental como espaço de escuta e de transformação identitária para as novas gerações (Saggese, 2021).

Referências

- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo* (E. Rodrigues, Trad.). São Paulo, SP: Edições 70.
- Calderan, A. (2023). *A geração Alpha na voz de estudantes durante a pandemia de COVID-19* (Tese de doutorado, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista).
- Cipriani, F. M., Moreira, A. F. B., & Carius, A. C. (2021). Atuação docente na educação básica em tempo de pandemia. *Educação & Realidade*, 46(2). <https://doi.org/10.1590/2175-6236105199>
- FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. (2021a). *Contribuições para o retorno às atividades escolares*

presenciais no contexto da pandemia Covid-19. Disponível em:https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/contribuicoes_para_o_retor_no_escolar - 08.09_4_1.pdf. Acesso em: 26 nov. 2022.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. (2021b). COVID-19 e saúde da criança e do adolescente. Disponível em: https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2021/09/Covid_edu_v2.pdf. Acesso em: 21 ago. 2022

Gaudenzi, P. (2021). Cenários brasileiros da Saúde Mental em tempos de Covid-19: uma reflexão. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, [S.L.], v. 25, n. 1, p. 1-15, FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/interface.200330>.

Guizzo, B. S., Marcello, F. A., & Müller, F. (2020). A reinvenção do cotidiano em tempos de pandemia. *Educação e Pesquisa*, 46, 1–18. <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202046232587>

Matiassi, A. C. T. (2022). *Evasão escolar na pandemia da covid-19: O que os adolescentes nos ensinam* (Tese de doutorado, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais).

Mendes, M. V. (2021). *Adolescência, escola e pandemia: contribuição da psicanálise à educação*. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Romanzini, A. V., Botton, L. T. J., & Vivian, A. G. (2022). *Repercussões da pandemia da Covid-19 em crianças do Ensino Fundamental*. Saúde em Debate, 46(Esp. 5), 148–163. <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E510>

Saggese, E. (2021). Uma Juventude à Flor da Pele: o dilema de adolescer ou adoecer. *Educação & Realidade*, v. 46, n. 1, p. e109166. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-6236109166>. Acesso em 05 de jul. de 2024.

Silva, DS da, Schröder, NT., & Gedrat, DC (2022). Promoção da saúde mental: atendimento a adolescentes com sintomas depressivos em uma clínica-escola. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, 11 (2), e 50811225980.

<https://doi.org/10.33448/rsd-v11i2.25980>

Silva, I. O., Luz, I. R., Carvalho, L. D., & Gouvêa, M. C. S. (2022). A escola na ausência da escola: Reflexões das crianças durante a pandemia. *Cadernos Cedes*, 42(118), 270–282. <https://doi.org/10.1590/CC0101-32622022128751>

Silveira, M. C. O. (2021). *Motivação para aprender de alunos do ensino médio do Rio de Janeiro durante a pandemia de COVID-19*. 237 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas – Educação) – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

UNESCO. (2021). *Dados da UNESCO mostram que, em média, dois terços de um ano*

acadêmico foram perdidos em todo o mundo devido ao fechamento das escolas devido à COVID-19. <https://www.unesco.org/pt/articles/dados-da-unesco-mostram-que-em-media-dois-tercos-de-um-ano-academico-foram-perdidos-em-todo-o-mundo>

UNICEF. (2021). *Cultura do fracasso escolar afeta milhões de estudantes e desigualdade se agrava na pandemia, alertam UNICEF e Instituto Claro.* UNICEF Brasil. <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/cultura-do-fracasso-escolar-afeta-milhoes-de-estudantes-e-desigualdade-se-agrava-na-pandemia>

Vazquez, D. A., Caetano, S. C., Schlegel, R., Lourenço, E., Nemi, A., Slemian, A., & Sanchez, Z. M.. (2022). Vida sem escola e saúde mental dos estudantes de escolas públicas na pandemia de Covid-19. *Saúde Em Debate*, 46(133), 304–317. <https://doi.org/10.1590/0103-1104202213304>

ESTÁGIO EM TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ALUNOS DA UFRRJ

Emanuel Antonio Corrêa Ribeiro¹, Lara Colucci dos Santos¹, Ludmila Pires de Meirelles¹, Luiza Pimenta Domingues¹, Wanderson Fernandes de Souza (CRP: 05/31725)^{1,2}

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro¹, Professor Orientador²

E-mail para contato: ludmilaramos.pires@gmail.com

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo relatar a experiência de estágio de alunos de Psicologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), na equipe de Terapia Cognitivo-Comportamental, que tem como supervisor o Professor Wanderson Fernandes de Souza. O estágio realizado é clínico, ligado ao Serviço Escola de Psicologia da UFRRJ. A abordagem utilizada, Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC), utiliza do modelo cognitivo para a compreensão de situações e baseia-se no empirismo colaborativo para trabalhar em intervenções cognitivas e comportamentais. Após os procedimentos de seleção e treino da equipe, os atendimentos individuais são realizados semanalmente, com duração média de 50 minutos, online e/ou presencialmente; ademais, a supervisão de casos ocorre em grupo, com a mediação do professor/supervisor. A partir da experiência relatada e discutida pelo grupo, é possível observar que a prática do estágio como um todo possui papel essencial na formação e capacitação profissional em psicologia e TCC. Nesse sentido, os alunos têm a chance de expandirem seus conhecimentos na abordagem, desenvolverem suas habilidades clínicas, aprenderem com a experiência do professor e dos colegas, bem como desenvolverem o manejo de situações desafiadoras, como interrupção de atendimentos e desistência do processo terapêutico.

Palavras-chave: Terapia Cognitivo-Comportamental, psicologia clínica, supervisão, experiência de estágio.

INTRODUÇÃO

O estágio clínico obrigatório na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, ligado ao Serviço Escola de Psicologia, atende a partir de serviços gratuitos, supervisionados pelos professores da instituição. A equipe de Terapia

Cognitivo-Comportamental tem como responsável o Professor Wanderson Fernandes de Souza, que possui ampla experiência como clínico, docente e supervisor na área. A abordagem utilizada, Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC), tem como cerne a compreensão de que pensamentos sobre eventos e experiências influenciam as respostas emocionais, comportamentais e fisiológicas dos indivíduos (Greenberger & Padesky, 2017). Assim, algumas das intervenções utilizadas pela equipe são: psicoeducação, reestruturação cognitiva, experimentos comportamentais, exposição gradual e questionamento socrático.

Portanto, o presente trabalho tem como objetivo trazer o relato de experiência de alunos do curso de psicologia da UFRRJ a respeito de suas percepções sobre a dinâmica e os atravessamentos que envolvem o estágio clínico obrigatório. Desse modo, foi feito um levantamento entre os autores sobre os pontos que mais se destacaram durante suas vivências enquanto psicoterapeutas e suas percepções a respeito do serviço ofertado pela universidade.

METODOLOGIA

O embasamento dos atendimentos e intervenções foi feito com base no livro Terapia Cognitivo-Comportamental: teoria e prática (Beck, 2022), que permite compreender os princípios da abordagem. O livro A Mente Vencendo o Humor (Greenberger & Padesky) também foi utilizado, que além de trabalhar os conceitos da TCC, auxilia na elaboração de tarefas e psicoeducação.

Para a realização desse relato de experiência foi utilizado o Plano de Atividades de Estágio elaborado pelo supervisor da equipe, que estipula as práticas a serem realizadas no contexto do atendimento clínico em Terapia Cognitivo Comportamental. Além disso, os quatro estagiários relataram sua experiência desde o momento do processo seletivo, atendimentos e seus atravessamentos, supervisão de seus casos até suas percepções a respeito do serviço ofertado pela universidade. Assim, esses relatos foram feitos de forma individual e discutidos em conjunto por meio de videochamadas na plataforma Google Meet. Posteriormente, os estagiários entraram em consenso quanto ao tipo de relato e detalhamento a ser realizado em conjunto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A admissão do estágio ocorreu através de um processo seletivo, e após a aprovação e envio de documentação, os estagiários foram orientados a realizarem a leitura dos livros

obrigatórios “A mente vencendo o Humor” (Greenberger & Padesky, 2017) e “Terapia Cognitivo-comportamental: teoria e prática” (Beck, 2022). Nas semanas seguintes, foram feitos treinos de habilidades terapêuticas, com a realização de “roleplays” de triagens entre a própria equipe.

Os atendimentos, realizados individualmente, na frequência semanal e modalidades online, são relatados semanalmente na supervisão clínica, que ocorre na própria universidade. O supervisor e a equipe apontam pontos fortes e pontos de melhora observados a partir do relato, bem como são discutidas sugestões para os próximos atendimentos. A experiência subjetiva do estagiário também é considerada, num ambiente de escuta, acolhimento e validação, com a mediação do supervisor e participação do resto da equipe.

Nesse contexto, um aspecto que merece destaque foi a frustração vivenciada diante de casos de abandono terapêutico. Nesse sentido, a desistência de pacientes, especialmente aqueles que demonstravam progressos iniciais, gerou nos estagiários sentimentos de impotência e questionamentos sobre sua capacidade clínica. Desse modo, essas experiências, embora difíceis, tornaram-se oportunidades de aprendizado sobre os limites da atuação profissional e a importância do trabalho com expectativas realistas. Sendo assim, o espaço de supervisão mostrou-se fundamental nesse processo, servindo tanto para o aprimoramento técnico quanto para o acolhimento das emoções vivenciadas pelos estagiários, conforme destacado por Barletta e Neufeld (2024).

Ademais, os atendimentos online, modalidade que permaneceu mesmo após o período pandêmico por questões de acessibilidade, apresentaram tanto vantagens quanto desafios aos estagiários. Por um lado, facilitaram o acesso de pacientes que teriam dificuldades com o deslocamento até a universidade, por outro, trouxeram obstáculos como problemas técnicos de conexão e a limitação na percepção completa de sinais não verbais, elementos fundamentais para a avaliação clínica. Desse modo, a necessidade de adaptação à modalidade online também trouxe aprendizados significativos, fazendo com que os estagiários desenvolvessem a criatividade na utilização de recursos digitais, como o envio de materiais complementares e a proposição de planos de ação interativos, que enriqueceram o processo terapêutico.

Outro impasse identificado pela equipe foi a interrupção obrigatória dos atendimentos durante os períodos de recesso acadêmico da universidade. Sendo assim, essa descontinuidade mostrou-se particularmente prejudicial para pacientes em situações de maior

vulnerabilidade, rompendo o ritmo terapêutico e, em alguns casos, prejudicando significativamente o vínculo estabelecido. Além disso, os estagiários observaram que, após esses intervalos, muitos pacientes retrocederam aspectos já trabalhados, demandando retomar o ponto em que estavam antes da pausa, o que evidenciou o impacto negativo dessas interrupções no processo terapêutico.

CONCLUSÃO

Portanto, através dos atendimentos, torna-se possível aplicar, na prática, a teoria e os conceitos propostos pelos autores da TCC, ao mesmo tempo em que se desenvolve o raciocínio clínico necessário para a elaboração de um plano de tratamento eficaz. Além disso, o estágio proporciona a vivência de diferentes manejo clínicos com demandas diversas, bem como questões que envolvem a modalidade de atendimento e desafios da dinâmica de um serviço-escola ligado à universidade.

Assim, o estágio não apenas consolida os conhecimentos adquiridos ao longo da graduação e de cursos externos, mas também marca o início da trajetória profissional dos estudantes, possuindo papel essencial na formação de profissionais clínicos em TCC. Nesse sentido, os alunos podem desenvolver maior segurança em sua atuação, aprendendo a lidar com situações complexas e refinando suas habilidades clínicas.

REFERÊNCIAS

- Beck, J. S. (2022). *Terapia cognitivo-comportamental: Teoria e prática* (3^a ed.). Artmed.
- Greenberger, D., & Padesky, C. A. (2017). *A mente vencendo o humor: Mude como você se sente, mudando o modo como você pensa*. Artmed Editora.
- Barletta, J. B., & Neufeld, C. B. (2024). Supervisão clínica baseada em evidências. In *Prática baseada em evidências em psicologia clínica: fundamentos teóricos, questões metodológicas e diretrizes para implementação*. Editora Manole Saúde.

ANÁLISE DA AQUISIÇÃO DE LINGUAGEM: UM ESTUDO DE CASO

Ana Clara Moreira de Castro¹, Manuela Kühner Calmon Duarte Belo¹, Ludmila Pires de Meirelles¹, Emanuel Antonio Corrêa Ribeiro¹, Ana Cláudia de Azevedo Peixoto^{1,2} ¹Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro ² Professora orientadora
E-mail para contato: claracastro@ufrj.br

Resumo

A pesquisa resulta de um trabalho de campo cujo objetivo foi analisar e descrever o processo de aquisição da linguagem de uma criança de 2 anos e 5 meses na interação com seus cuidadores. Para tal, foi realizada uma gravação, através da qual foi possível avaliar a interação da criança com os membros da família e sua comunicação em um local comum e seguro. Além disso, possibilitou também a averiguação da presença de aspectos fundamentais na fala do adulto participante, os quais se relacionam com a manifestação dos fenômenos linguísticos na criança. Por fim, apesar da contagem final de sentenças e interações representar um número reduzido – possivelmente motivadas pelo estado de saúde da criança no momento da observação –, conclui-se não só que a comunicação exercida se enquadra no intervalo esperado para sua idade, como também que o ambiente é suficientemente estimulante para o desenvolvimento de sua linguagem. Portanto, foi possível atestar o caráter multifatorial atribuído ao processo de aquisição da linguagem, estando relacionado a aspectos como a idade cronológica, saúde física e ambiente.

Palavras-chave: Desenvolvimento infantil; Aquisição da Linguagem; Maternalês.

Introdução

A linguagem pode ser definida como um conjunto de regras intrinsecamente marcadas por características sociais e culturais, que embasam o pensamento, a aprendizagem e a cognição, além de serem fundamentais para a apreensão do mundo (Vygotsky, 1991). Sua aquisição resulta da interação entre o que a criança traz em termos biológicos e a qualidade dos estímulos presentes no meio e, por conseguinte, alterações em qualquer uma dessas frentes pode prejudicar seu desenvolvimento. Alguns autores, como Ribeiro e Garcez (1988), retomam a importância do contexto cultural nesse desenvolvimento, ao descreverem o

motherese ou *maternalês* como uma linguagem afetuosa e lúdica direcionada à criança, marcada por entonação exagerada, frases simplificadas, pausas longas, sons alongados e uso frequente de onomatopeias e diminutivos, que respondem a esse tipo de fala com sorrisos, vocalizações e gestos, promovendo as bases para a aquisição linguística posterior. Nesse sentido, ambientes estimulantes favorecem o desenvolvimento da linguagem infantil, que evolui de forma natural e progressiva.

De acordo com Nunes (2006), o desenvolvimento da linguagem infantil acontece em fases, tendo início com gestos, sons e balbucios parecidos com a língua falada ao redor da criança, como tentativa de se comunicar. Ainda no primeiro ano, o bebê passa a imitar sons dos adultos e por volta dos três anos, a criança já tem uma relativa desenvoltura da fala, assim como um vocabulário mais amplo. Tal domínio linguístico possibilita a construção de identidade, individual e coletiva, transmitindo valores e permitindo a inserção social através da comunicação e da formação de vínculos. Em vista disso, o objetivo deste estudo é analisar esse processo de aquisição da linguagem em uma criança, do sexo feminino, que possui 2 anos e 5 meses de idade e frequenta a creche, com o intuito de compreender como os fatores presentes influenciam seu desenvolvimento linguístico.

Metodologia

A realização da presente pesquisa contou com a fundamentação teórica extraída das aulas de Pensamento e Linguagem, ministradas na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, além da gravação da criança, que ocorreu no dia 27 de Abril de 2024, em uma residência familiar, local comum e seguro para a criança, e posterior análise desse registro. Para isso, foi solicitada aos responsáveis a autorização através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Quanto à coleta de dados, ocorreu por meio de um smartphone, que capturou vídeo e áudio simultaneamente, durou aproximadamente 21 minutos e incluiu a presença de familiares, sua tia (21 anos) e seu pai (32 anos). Cabe ressaltar, ainda, que no momento da gravação a criança apresentava sintomatologia de um quadro viral, o que levou à alteração do ambiente de gravação: inicialmente um espaço aberto com ambos os familiares para, posteriormente, um cômodo fechado com apenas um deles. Tal mudança afetou a dinâmica da interação e reduziu o número de falas produzidas por um dos adultos. Após a gravação, o material foi transscrito manualmente e analisado por todos os pesquisadores envolvidos no estudo.

Resultados e Discussão

A partir da análise da fala dos adultos, notou-se o uso recorrente do maternalês, como observado em expressões como "Tá gostoso o biscoito?", "Pegueeee!!" e "Titia", o que, conforme discutido por Ribeiro e Garcez (1988), desempenha um papel fundamental no desenvolvimento linguístico ao facilitar a compreensão e o engajamento da criança. Ademais, foi possível constatar em sua fala características típicas da fase telegráfica, na qual estão incluídas estruturas simplificadas e omissões de elementos gramaticais, como "Não me quega" e "Tia Caia pinta". Sendo assim, os achados demonstram consonância com os estudos de Pedromônico e Perissinoto (2003), que descrevem essa fase como um marco no desenvolvimento linguístico em que a criança começa a combinar palavras, ainda que de forma rudimentar. Além disso, a ocorrência de heteroimitação, como a repetição de frases dos adultos, exemplificada pela frase "É nessa mão o machucado?", reforçou a importância da modelagem linguística fornecida pelos cuidadores, assim como a integração entre imitação e desenvolvimento da linguagem, discutida por Vygotsky (1991).

Outro aspecto relevante foi a presença de comunicação multimodal, em que a criança utilizou gestos, ao levantar os braços para pedir colo, associados à fala, o que ilustra como a linguagem infantil não se restringe à comunicação verbal, mas também se apoia em elementos não verbais como forma de expressão. O que destaca, portanto, a natureza dinâmica e integrada da aquisição da linguagem.

Foi possível perceber, também, que o ambiente familiar mostrou-se um espaço rico em estímulos linguísticos e lúdicos, com interações que incentivaram a comunicação por meio de brincadeiras, como exemplifica a frase "vamo brincar de pique-esconde?". Desse modo, a ludicidade das interações, aliada ao afeto e à adaptação da fala dos adultos, criou um cenário favorável ao desenvolvimento linguístico, corroborando com a perspectiva de Mecca (2016) sobre a importância de um ambiente estimulante e responsável.

Tais dados expressam que, embora o estudo tenha sido limitado pelo número reduzido de interações, em parte devido ao estado de saúde da criança no momento da gravação, os dados coletados foram suficientes para ilustrar como os fatores ambientais e sociais influenciam o desenvolvimento da linguagem. Sendo assim, a pesquisa reforçou a noção de que a aquisição da linguagem é um processo multifatorial, no qual aspectos biológicos, cognitivos e sociais interagem de forma complexa. Portanto, os resultados obtidos não apenas validaram teorias consolidadas, mas

também demonstraram sua aplicabilidade em situações reais de interação entre crianças e seus cuidadores.

Conclusão

O presente estudo evidenciou que o processo de aquisição da linguagem infantil, e a própria comunicação nessa fase, é influenciado por múltiplos fatores, destacando-se a interação entre os aspectos biológicos, sociais e culturais. Portanto, os resultados obtidos não apenas confirmaram aspectos teóricos discutidos na fundamentação, como também possibilitaram analisá-los em perspectivas práticas. Tais compreensões tornaram-se visíveis no uso do maternalês por parte da família e na consequente compreensão e engajamento por parte da criança, além da presença da comunicação multimodal e da ludicidade nas interações, o que, como supracitado, é fundamental para o avanço das habilidades linguísticas. Por fim, com a constatação de um ambiente estimulante e afetivo, decorrente das capacidades comunicativas condizentes às esperadas para sua idade apresentadas pela criança, pode-se pensar no referido estudo como um reforçador da ideia da linguagem como uma construção também social, mediada por interações cotidianas e fortemente ancorada nas experiências vividas no ambiente familiar e educativo.

Referências Bibliográficas

- Mecca, T. P et al. (Org.). *Cognição Social: teoria, pesquisa e aplicação*. 1. ed. São Paulo: Editora Memnon, 2016.
- Nunes, J. M. G. *Fundamentos de Psicologia: Linguagem e Cognição*. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos, 2006. ISBN 978-85-216-1503-3. Pedromônico, M. R. M.; Perissinoto, J. Desenvolvimento da linguagem. In: Marchesi, A.; Coll, C.; Palacios, J. (Orgs.). *Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar*. Porto Alegre: Artmed, 2003. v. 2, p. 41–57.
- Ribeiro, S. A.; Garcez, L. Desenvolvimento da linguagem. In: Kolling, E. (Org.). *Educação Infantil: muitos olhares*. Porto Alegre: Artmed, 1988.
- Vygotsky, L. S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

A HISTÓRIA DE VIDA DAS DILIGENTES DA SAÚDE EM MEIO À REFORMA PSIQUIÁTRICA BRASILEIRA

Mariana Neves da Rocha, Ana Clara Cardoso Souza, Carlos Germano Leite Lopes e Ronald Clay dos Santos Ericeira.

Afiliação do autor principal: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, campus Seropédica.

Contato do autor principal: nevesmarianarocha@gmail.com.

Resumo

A partir da visita do grupo “A Voz dos Usuários” à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, despertou-se o interesse em investigar as transformações no cuidado em saúde mental antes, durante e após a reforma. Nesse sentido, o presente trabalho visa a compreender o papel das mulheres na Reforma Psiquiátrica Brasileira, especialmente no desenvolvimento de práticas de cuidado mais humanizadas. Para isso, a pesquisa adotou a metodologia História de Vida, por meio de entrevistas com quatro psicólogas que atuaram diretamente no processo de desinstitucionalização dos manicômios. Os relatos foram transcritos e organizados cronologicamente para análise.

Os resultados demonstraram pontos em comum, denominados pontos de saturação, nas trajetórias das entrevistadas, como o envolvimento com a militância política ainda na universidade, a resistência às práticas manicomiais violentas e a luta por mudanças estruturais nos serviços de saúde. Destacou-se também o uso da arte como ferramenta terapêutica e de expressão dos usuários. Ademais, as psicólogas enfrentaram conflitos com profissionais conservadores e denunciaram os manicômios como espaços de abandono.

Em conclusão, entende-se que essas mulheres foram fundamentais para a construção de um novo modelo de cuidado em saúde mental, pautado na dignidade, liberdade e reinserção social dos usuários, além de manterem viva a memória da luta antimanicomial diante das ameaças de retrocesso.

Palavras-chave

Cuidado; Reforma Psiquiátrica Brasileira; Mulher; História de Vida.

Introdução

A discussão apresentada neste trabalho surge a partir da visita do grupo “A Voz dos Usuários” à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. A experiência despertou um profundo interesse em compreender os efeitos da Reforma Psiquiátrica no Brasil e, especialmente, o papel desempenhado pelas mulheres nesse processo, considerando que muitos usuários relataram o cuidado como algo fortemente vinculado a uma figura feminina, responsável pelo suporte no tratamento.

A partir dessa perspectiva, a pesquisa se debruça sobre as transformações no cuidado psicológico antes, durante e após a promulgação da Reforma Psiquiátrica, com o objetivo de evidenciar a importância das mulheres para o avanço de práticas humanizadas na relação com o outro. Para isso, foi analisada a dinâmica das antigas instituições psiquiátricas e o processo de sua desinstitucionalização e reformulação.

Metodologia

O estudo aqui apresentado fundamenta-se na metodologia História de Vida, uma abordagem qualitativa que busca apreender a relação entre a trajetória individual e os processos históricos e coletivos de um determinado período. Diante do propósito mencionado, a pesquisa teve como objetivo compreender o papel de mulheres da área da saúde no contexto da Reforma Psiquiátrica Brasileira. Para tanto, foram realizadas entrevistas individuais com quatro psicólogas que atuaram no campo da saúde mental durante o período em que a reforma foi implementada. Após os encontros, os relatos foram transcritos integralmente e organizados cronologicamente, possibilitando uma análise comparativa dos discursos, com foco na identificação de temas recorrentes e elementos comuns entre as vivências narradas.

O trabalho foi desenvolvido como uma atividade acadêmica da disciplina de Memória, do curso de Psicologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, no ano de 2023. Sendo assim, não foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), por ser uma prática didático-pedagógica vinculada à uma disciplina curricular e não um projeto formal de pesquisa institucional. No entanto, com a finalidade de respeitar os princípios éticos previstos para os trabalhos com seres humanos, as participantes entrevistadas assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e autorizaram a gravação, transcrição e uso acadêmico dos relatos, com a garantia de respeito à integridade das informações colhidas no trabalho.

Resultados e discussão

Em primeiro plano, por meio da análise das histórias de vida das quatro psicólogas entrevistadas – duas exerceram suas atividades laborais no Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira, uma profissional na Colônia Juliano Moreira e a quarta no Instituto Philippe Pinel – emergem diversos pontos em comum, denominados pontos de saturação, que revelam uma trajetória coletiva de resistência e transformação no campo da saúde mental durante a Reforma Psiquiátrica Brasileira. Sob esse viés, é válido ressaltar o fato de que todas elas relataram envolvimento com a militância política ainda na universidade, mesmo sob o risco de repressão durante o regime militar, o que demonstra o comprometimento das profissionais com pautas de mudança social. Essa postura crítica se manteve ao longo de suas carreiras, especialmente diante das práticas manicomiais desumanas, como o uso de eletrochoques, contenções físicas e condições degradantes nos hospitais, o que gerava forte indignação por parte dessas mulheres.

Ademais, todas enfrentaram conflitos diretos com profissionais conservadores que se beneficiavam economicamente da lógica manicomial, sendo alvo até mesmo de ameaças por defenderem modelos alternativos de cuidado. Ainda assim, as suas ações provocaram mudanças significativas nos serviços de saúde, com a implementação de práticas humanizadas, reestruturação administrativa e valorização do cuidado integral. Diante do exposto, um aspecto que se destacou nas falas de todas foi o uso da arte como instrumento terapêutico e de expressão subjetiva dos usuários, reforçando o compromisso com a restauração da humanidade daqueles que eram marginalizados pelo sistema.

Outro ponto recorrente foi a denúncia do papel dos manicômios como depósitos humanos, locais onde os pacientes eram abandonados por suas famílias e deixados para morrer, realidade que marcou profundamente as entrevistadas. Por fim, todas expressaram preocupação com os riscos de retrocesso no campo da saúde mental, especialmente com o avanço das comunidades terapêuticas, reafirmando a importância de manter viva a memória coletiva da luta antimanicomial para impedir que os horrores do passado se repitam.

Conclusão

A escrita da pesquisa possibilitou a internalização dos conhecimentos a respeito da saúde mental e da história das mulheres com o cuidado no início da transição provocada pela reforma psiquiátrica. Com isso, pudemos perceber como aconteciam as movimentações, os

mecanismos de internação nos hospitais federais do Rio de Janeiro e o trabalho estruturado pelas mulheres durante esse processo. Assim, é notório pontuar que a relação do cuidar jamais esteve associada apenas ao cunho maternal geralmente imposto às mulheres.

Para tanto, com as ricas entrevistas, tornou-se possível compreender a importância do posicionamento feminino nas instituições a fim de modificar a conduta opressora que se mantinha no poder, para então oferecer um tratamento digno aos pacientes que utilizam desses serviços. Os relatos expostos revelam que apesar dos pesares, suas lembranças permeiam o alívio por obterem sucesso ao encerrar o dinamismo das internações nos hospitais psiquiátricos. E, sob o mesmo ponto de vista, por conseguir - com esplendor - dar início a reinserção social e moral dos então “loucos”, substituindo a falta de cuidado por serviços de atenção diária e oficinas de criação coletiva.

Referências

- Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. (2011). Reforma psiquiátrica no Brasil: ideias, atores e instituições políticas. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(12). http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issues&pid=1413-812320110013&nrm=iso&lnq=pt
- Machado, et al. (1978). *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal.
- Luz, M. T. (n.d.). *Notes sur l'histoire des pratiques de santé publique au Brésil (1890-1930)*. Artigo escrito para os cursos *Médecine Sociale et Politique Sociale et Politique et Institutions du Social au Brésil*.
- Rosário, N. A. (1985/1986). *Lutas urbanas e controle social* (1^a ed. 1985; 2^a ed. 1986). Petrópolis, RJ: Vozes/Abrasco.
- Tognoli, S. (2009). Maurice Halbwachs: A memória coletiva. *Scripta Alumni Uniandrade*, (02).
- Bergson, H. (1999). *Matéria e memória: Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito* (M. Fontes, Ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Bosi, E. (1994). *Memória e sociedade: Lembranças de velhos* (3^a ed.). São Paulo: Companhia das Letras.

SINAIS E SILÊNCIOS: A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO NA PSICOLOGIA

¹ Hugo Rocha de Oliveira, ²Cristiane Moreira da Silva, UCP.

E-mail de contato: hugorocha1809@gmail.com

Resumo:

Este trabalho tem como objetivo analisar a presença e a importância da Libras como instrumento de acessibilidade na psicologia clínica, com foco na inclusão da população surda. Utiliza-se uma abordagem qualitativa, com base em análise documental de legislações e materiais oficiais, como a Lei nº 10.436/2002, seu decreto regulamentador, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, além de normas sobre a profissão de tradutor e intérprete de Libras. Foram também examinados documentos de referência, como diretrizes para Avaliação Psicológica de pessoas com deficiência; o Guia de Orientação - Atendimento em Língua Brasileira de Sinais (CRP-PR); Nota Técnica nº 4/2019 do CFP, que trata da adaptação de testes psicológicos e pesquisas que apontam o totalitário de profissionais que atuam em Libras. A partir disso, investigaram-se os marcos legais, históricos e ético-profissionais que orientam a atuação do psicólogo com pessoas surdas. O levantamento realizado pela Furtado em 2023 apresenta que no Brasil haviam 435.760 psicólogos e apenas 321 psicólogos atuam em libras no Brasil. A ausência de profissionais preparados implica diretamente ao acesso do atendimento, levando a conflitos éticos devido a necessidade de intérpretes em Libras nas sessões ou avaliações psicoterapêuticas. Os documentos analisados indicam o uso de Libras, promovendo um espaço acolhedor, acessível, técnicas adaptadas, presença de intérprete se necessário, além do sigilo profissional e do uso de cortinas. Desse modo, as orientações do CFP começaram a desenvolver um maior detalhamento na prática psicológica através de documentos específicos para a população surda em um atendimento adequado.

Palavras chaves: Acessibilidade; Inclusão; Libras; Psicologia Clínica.

¹ Graduando do curso de psicologia da Universidade Católica de Petrópolis ² Doutora em Psicologia pela UFF, professora do mestrado da Universidade Católica de Petrópolis, coordenadora adjunta da UnilaSalle, professora do Instituto D'or de Pesquisa e Ensino (Idor).

Introdução

A Libras se apresenta como língua gramatical própria, sendo independente do português (Núcleo de Acessibilidade da DAAIPcD, 2023), com isso, Almeida (2013) afirma que a libras desenvolveu paralelamente a língua oral e que cada país possui sua própria língua de sinais, refletindo sua cultura, hábitos e costumes. No Brasil a Libras é reconhecida como meio legal de comunicação desde 2002 pela Lei 10.436 e mesmo sendo um meio de comunicação oficial, nota-se que a limitação de profissionais habilitados faz com que haja atendimento psicológico insatisfatório. Levando em consideração que muitos surdos nunca passaram por um processo psicoterapêutico acessível. Gonçalves (2011) complementa que apenas 2,5% da população surda teve acesso a atendimento psicológico, de acordo com Furtado (2023), a qual mostra que apenas 321 psicólogos no Brasil atuam utilizando a Libras no Brasil. O problema que norteou a discussão é: como a legislação de inclusão e os documentos que regulamentam a prática profissional da Psicologia no Brasil orientam o atendimento psicológico com pessoas surdas? O objetivo foi identificar parâmetros técnicos e éticos nos referidos documentos a fim de analisar os limites e as possibilidades da atuação do psicólogo com a população surda. Os resultados indicam a Libras como ferramenta de inclusão. O CFP regulamenta a atuação de intérpretes na psicologia pela Resolução nº 9/2025, garantindo acessibilidade, sigilo e adaptação de técnicas psicoterapêuticas para pessoas surdas. A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) já assegurava o direito à acessibilidade em saúde, porém, Batista (2022) destaca que a presença de intérpretes pode gerar dificuldades na relação terapêutica, como perda de conteúdos na tradução, resistência do paciente e custos adicionais.

Método

Trata-se de uma pesquisa documental, ou seja, utiliza documentos já existentes como fontes primárias. A pesquisa documental, conforme Gil (2017) aponta, é uma análise crítica e interpretativa, a partir dos dados disponíveis. Os documentos analisados foram localizados do período de março a abril de 2025 sendo de origens brasileiras, legislações que discutem a acessibilidade no atendimento psicológico para a população surda. As legislações brasileiras fundamentais, a saber Lei nº 10.436/2002, que reconhece a Libras como meio

legal de comunicação; a Lei nº 13.146/2015 promove a igualdade de direitos e liberdades das pessoas com deficiência, visando sua inclusão social e cidadania; e os decretos regulamentadores nº 5.626/2005 e nº 5.296/2004, importantes para garantir a acessibilidade e os direitos de pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida. Também foram consultadas resoluções, manuais e notas técnicas do CFP; Nota Técnica nº 4/2019, que orientam práticas inclusivas e adaptadas; resolução nº 09/2025 que afirma a possibilidade de intérpretes de Libras no atendimento psicológico e orienta as formas de acessibilidade para o atendimento.

Resultados e discussão

Em 2019, a Pesquisa Nacional de Saúde realizada pelo IBGE, afirmou que há aproximadamente 2,3 milhões de pessoas surdas, porém apenas 22,4% destes sabem se comunicar com a Libras. Isso evidencia a necessidade da propagação da Libras em diversos espaços, como na saúde e na educação. Portela (2011) afirma que sem a presença de intérpretes de Libras, os surdos têm dificuldades de participar de atividades da sociedade. Nota-se que a Libras é a principal forma de comunicação de pessoas surdas e quando não existe comunicação a inclusão não é alcançada. Diante disso, o CFP, se posicionou para que intérpretes atuem juntamente ao atendimento psicológico, com o objetivo de alcançar a acessibilidade. A partir disso, análises foram discutidas além dos benefícios como a acessibilidade, os malefícios como o alto custo que a sessão, a possibilidade de perdas de informações e dificuldade na formação do vínculo entre psicólogo e paciente foram citados também. Outros meios de suporte de comunicação é através das tecnologias como aplicativos e redes de IA (Hand Talk; Guia Prático de Libras; Live Transcriber; ProDeaf; StorySign; Uni LIBRAS; [Libras.ai](#)) entretanto, há riscos que são apresentados em relação à exposição de dados, (Silva, 2023) as vulnerabilidades em sistemas de IA, além de apresentar ainda a possibilidade de resultar em vazamento ou uso indevido de dados pessoais.

Conclusão

Nota-se um sólido amparo legal que reconhece a Libras e defende o direito dela como meio de comunicação oficial e que existem meios que auxiliam o apoio à comunicação, isso demonstra que a população surda ainda é marcada por barreiras e a presença de intérpretes, embora autorizada pelo CFP, levanta dilemas que precisam ser considerados com

sensibilidade. Devido a escassez de profissionais adequados dificultando o acesso à saúde mental. Desse modo, as documentações de orientações do CFP começaram a se desenvolver especificamente sobre ética, técnicas e acessibilidade que orientem a atuação e a promoção da saúde mental da população surda na sociedade brasileira. A Libras deve ser compreendida como um instrumento essencial na promoção de saúde, e nas demandas dessa população, sendo necessárias mudanças nos serviços de saúde e em diversos espaços sociais.

Referência

Almeida, W. G. (2013). *Introdução à Língua Brasileira de Sinais*. Rio de Janeiro: Letras Vernáculas. <https://www.edesp.ufscar.br/arquivos/colecoes/segunda-licenciatura-em-educacao-especial/introducao-a-libras.pdf>

Batista, N. M. F., Lopes, D. A., Ferreira, T. E. S., & Silva, F. A. (2022). *A práxis da psicologia clínica no atendimento ao paciente surdo*. Revista Científica da UMC, 7(2), Edição Especial - PIBIC.<https://seer.umc.br/index.php/revistaumc/article/view/1819/1247>

Brasil. (2002). *Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002*. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm

Furtado, A. L. de S. (2023). *A importância em considerar a cultura surda na avaliação psicológica: uma revisão narrativa*. Revista Meta: Avaliação. <https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/3789/pdf>

Gonçalves, P. C. S. (2011). *Atendimento psicológico para surdos*. <https://psisurdos.blogspot.com/p/atendimento-psicologico-para-surdos.html>

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019). *Pesquisa Nacional de Saúde 2019: Deficiência auditiva no Brasil*. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>

Portela, M. Â. B., & Portela, D. A. B. (2011). *Acessibilidade e o uso da biblioteca por usuários surdos: Estudo de caso com estudantes surdos do Curso à Distância de Letras-Libras do polo da Universidade de Brasília*. Universidade de Brasília. Repositório Institucional da UnB. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/2528>



INSTITUTO D'OR
PESQUISA E ENSINO

Silva, F. C. (2023). *Proteção de dados pessoais na era da inteligência artificial* (Trabalho de Conclusão de Curso de MBA). Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação, Universidade de São Paulo, São Carlos. <https://bdta.abcd.usp.br/directbitstream/7274f87b-0f7a-48f1-a070-05e2b5898f06/Feli%20Casali%20Silva.pdf>



A AVALIAÇÃO NEUROPSICOLÓGICA EM UM CONTEXTO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: UM ESTUDO DE CASO

Milena Lopes Francisco¹, Emmy Uehara Pires^{1,2}

¹ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro² Professora Orientadora

E-mail para contato: milenalfpsico@gmail.com

A avaliação neuropsicológica de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade apresenta inúmeros desafios, considerando a tendência desse público a apresentar menor desempenho intelectual e diferentes déficits cognitivos. O presente trabalho tem como objetivo apresentar um estudo de caso de avaliação neuropsicológica de uma criança de 7 anos em situação de acolhimento institucional, encaminhada com queixas comportamentais e cognitivas. Ao todo, foram realizadas nove sessões presenciais, incluindo entrevistas com profissionais que acompanhavam o cliente, observações clínicas e a administração de instrumentos formais de avaliação. Apesar de inúmeras recusas por parte do cliente em colaborar com o processo, dados qualitativos foram reunidos de forma a construir seu perfil cognitivo, complementado pelos resultados obtidos pelo THCP. Ao final da avaliação, foi constatado que o cliente possuía um desempenho pouco condizente com sua faixa etária em todos os domínios avaliados. O contexto de vulnerabilidade e a ausência de um processo de alfabetização efetivo foram fatores determinantes para os resultados encontrados, dificultando inclusive a formulação de um indicativo diagnóstico. A partir disso, destaca-se a importância de uma avaliação neuropsicológica que integre dados sobre o contexto social experienciado pelo cliente com os resultados formais obtidos, sendo essencial que o processo avaliativo seja conduzido com responsabilidade e sensibilidade por parte do avaliador.

Palavras-chave: avaliação neuropsicológica, acolhimento institucional, estudo de caso.

Introdução

A partir das décadas de 70 e 80, a avaliação neuropsicológica infantil começou a ganhar mais destaque no Brasil (Moraes, 2023). Desde então, diferentes métodos avaliativos vêm sendo desenvolvidos, considerando a importância do diagnóstico precoce e das intervenções ainda na infância. No entanto, os fatores sociais também podem representar questões de risco ao neurodesenvolvimento, conforme abordam Shikanai e Fernandes (2024).

Em casos de violação de direitos, o acolhimento institucional se configura enquanto uma alternativa protetiva para crianças e adolescentes. Nesses casos, além das repercussões psicológicas, questões relacionadas ao desenvolvimento neurocognitivo também são observadas, uma vez que crianças negligenciadas e expostas a maus-tratos tendem a apresentar um menor desempenho intelectual e maiores déficits em áreas cognitivas (Shikanai e Fernandes, 2024).

De tal modo, o presente trabalho tem como objetivo apresentar um estudo de caso de um procedimento de avaliação neuropsicológica de uma criança de 7 anos em situação de acolhimento institucional, com queixas comportamentais e cognitivas. Posteriormente, uma análise é feita sobre o impacto do contexto social nas funções neuropsicológicas e como o mesmo foi observado na presente avaliação.

Metodologia

D., de 7 anos, teve a avaliação neuropsicológica solicitada pela equipe do Levica/UFRRJ, responsável por seu atendimento psicoterápico. Segundo relatos, D. apresentava comportamentos agressivos, desafiadores e dificuldades de concentração. Através da anamnese, também foi constatado que o cliente apresentava dificuldades no ambiente escolar e no relacionamento interpessoal com seus pares.

Ao todo, foram realizadas nove sessões presenciais com duração média de 45 minutos cada, entre os meses de setembro e novembro de 2024. As entrevistas de anamnese foram realizadas com a estagiária do Levica/UFRRJ responsável pelos atendimentos psicoterápicos do cliente e com a psicóloga da casa de acolhimento institucional que o cliente residia.

Para além disso, a observação clínica e comportamental de D. consolidou-se enquanto uma fonte primordial para o processo, fornecendo dados relevantes sobre suas funções neuropsicológicas. Por inúmeras vezes, o cliente se recusou a realizar técnicas formais de avaliação, e portanto, atividades alternativas foram propostas para que as informações fossem obtidas.

Apesar disso, três instrumentos formais compuseram a avaliação: **Figuras Complexas de Rey - Figura B** (Rey, 1999), para avaliação da memória não verbal, organização visuoespacial e funções executivas; **Teste de Habilidades e Conhecimento Pré-Alfabetização - THCP** (Silva et al., 2010), para identificar as habilidades e o nível de conhecimento pré-alfabetização do avaliado e **SON-R 6-40** (Laros et al., 2022), empregado para avaliação da inteligência geral.

Resultados e Discussão

Ao início do processo avaliativo, observou-se uma maior agitação comportamental por parte do cliente. D. se mostrou uma criança muito determinada, pouco flexível à mudança de planos e se frustrando facilmente, apesar de ser carinhoso em diversos outros momentos. É importante ressaltar que, durante a avaliação, o cliente iniciou o uso de risperidona, cloridrato de atomoxetina e fluoxetina.

Ao final das sessões, foi constatado que grande parte das funções cognitivas do cliente se encontravam alteradas. Os resultados obtidos através dos subtestes do THCP foram classificados como inferiores, destacando que o subteste de Atenção Concentrada não foi finalizado por D. Não foi possível aferir os resultados dos instrumentos Figuras Complexas de Rey e SON-R 6-40, uma vez que os mesmos também não foram finalizados por falta de colaboração.

Através dos resultados obtidos e observados, foi constatado que o perfil cognitivo do cliente se encontrava diretamente influenciado pela ausência de D. nos anos escolares anteriores e também pelo contexto de vulnerabilidade que está inserido, uma vez que não é alfabetizado. Ao final da avaliação, não foi possível realizar indicativos de transtornos, uma vez que o atraso na alfabetização de D. implica em uma visão limitada sobre suas características neuropsicológicas. Sendo assim, sugeriu-se que uma nova avaliação neuropsicológica fosse realizada em um futuro breve, além de encaminhamentos para acompanhamentos psicopedagógicos e fonoaudiológicos, de modo a ajudá-lo no desenvolvimento de suas habilidades.

Por fim, reflexões sobre o acesso de crianças em situação de vulnerabilidade ao processo de avaliação neuropsicológica podem ser feitas, uma vez que raramente são encontrados serviços que realizem o procedimento de forma gratuita, como no presente caso. Além disso, também é válido ressaltar que nem todas as avaliações neuropsicológicas vão apontar um indicativo de transtorno, como no presente caso. Realizar uma avaliação neuropsicológica requer um nível de responsabilidade e de reflexão crítica sobre os fatores que cercam aquele cliente, uma vez que um laudo pode ditar os próximos anos de sua vida, principalmente quando tratamos de crianças e adolescentes.

Conclusão

O presente trabalho visou apresentar um caso atendido durante o Estágio Supervisionado sob

a ênfase da Avaliação Neuropsicológica na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. A partir disso, buscou-se também fomentar discussões acerca das influências de um contexto de vulnerabilidade sobre os aspectos cognitivos de crianças e adolescentes. Espera-se que, em um futuro próximo, a avaliação neuropsicológica gratuita se torne mais ampla e acessível para aqueles que dela necessitam, como se tornou evidente neste caso.

Referências

- Malloy-Diniz, L. F et al. (2010). *Avaliação neuropsicológica*. Artmed.
- Moraes, G. P. D. (2023). Avaliação neuropsicológica infantil no contexto brasileiro. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 9 (3), 1916 - 1924.
- Shikanai, J. S. & Fernandes, A. C. P. (2024). Guia de orientação para avaliação do risco para transtornos do neurodesenvolvimento em crianças em situação de acolhimento institucional. *Cadernos Técnicos em Psicologia*, 1-15.
- Laros, J. A., Telleen, P. J., de Lima, R. M. F., & Valentini, F. (2022). *SON-R 6-40: Teste não-verbal de inteligência* (1a ed.). Hogrefe.
- Rey, A. (2010). *Figuras complexas de Rey: Teste de cópia e de reprodução de memória de figuras geométricas complexas* (1a ed.). Pearson.
- Silva, R. S., Flores-Mendoza, C., & Telles, M. (2013). *Teste de habilidades e conhecimento pré-alfabetização (THCP)* (1a ed.). Votor Editora.

INTERVENÇÕES PSICOLÓGICAS E TECNOLOGIA: TRATAMENTO DE TRANSTORNO DE PÂNICO E AGORAFOBIA COM REALIDADE VIRTUAL

Ludmila Pires de Meirelles^{1,2}, Emanuel Antonio Corrêa Ribeiro¹, Rafael Ferreira Garcia^{2,3}

¹Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, ² Laboratório de Realidade Virtual em Saúde Mental do Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPUB-UFRJ), ³ Professor Orientador

E-mail para contato: ludmilaramos.pires@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho objetiva analisar a contribuição da Realidade Virtual (RV) no tratamento do Transtorno do Pânico (TP), com ou sem Agorafobia, por meio da Terapia de Exposição em Realidade Virtual (TERV), integrada à Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC). A metodologia consistiu em uma revisão de literatura, com buscas nas bases Cochrane Library e PubMed, utilizando termos como “*Panic disorder*”, “*agoraphobia*”, “*virtual reality*” e “*virtual reality exposure therapy*”. Dos 44 artigos inicialmente identificados, 9 atenderam aos critérios de inclusão. Os resultados indicam que a TERV é eficaz na redução dos sintomas de ansiedade e ataques de pânico, com efeitos comparáveis à exposição in vivo. Além disso, a técnica mostrou-se viável, bem aceita pelos pacientes e com efeitos colaterais mínimos (principalmente cybersickness, náuseas e tonturas). Ainda, a imersão e a sensação de presença no ambiente virtual foram fatores observados como determinantes para sua eficácia. Conclui-se que a RV é uma ferramenta promissora no tratamento do TP, combinando tecnologia avançada e evidências clínicas. Desse modo, recomendam-se novos estudos para explorar sua aplicação em diferentes contextos, acessibilidade e efeitos em longo prazo.

Palavras-chave: transtorno do Pânico; terapia de exposição; realidade virtual.

INTRODUÇÃO

Realidade Virtual (RV) pode ser definida como um ambiente artificial, imersivo, tridimensional e com estímulos sensoriais interativos. Essa tecnologia é utilizada como um meio de oferecer intervenções como a Terapia de Exposição, parte do tratamento em Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC), tratamento psicoterápico de primeira escolha para transtornos de ansiedade. Dentre eles, o

Transtorno do Pânico (TP), caracterizado por ataques de pânico inesperados recorrentes, com

surtos abruptos de medo e desconforto intenso, que alcança um pico em minutos e durante o qual ocorrem sintomas físicos e cognitivos como taquicardia, desrealização, despersonalização e medo de morrer.

A comorbidade desse transtorno com Agorafobia pode causar prejuízos funcionais importantes, principalmente por serem frequentes comportamentos de esquiva e evitação de diversos ambientes e situações. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é fornecer um panorama a respeito da contribuição da RV no tratamento dos transtornos, numa interseção entre TCC e tecnologia.

METODOLOGIA

Foram realizadas buscas nas bases Cochrane Library e PubMed, com os termos “Panic disorder”, “agoraphobia”, “virtual reality” e “virtual reality exposure therapy”. Como critérios de inclusão optou-se por artigos em todos os idiomas, que discutiam resultados de intervenções, viabilidade e aceitabilidade dessa técnica no TP e sintomas ansiosos. Os artigos que demonstraram uso de RV em tratamentos independentes da presença do terapeuta, artigos duplicados, aqueles cujo título e resumo diferiam da temática, bem como indisponíveis gratuitamente foram descartados; após a exclusão, tem-se a redução de 44 para 9 artigos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os principais achados apontam a eficácia da terapia de exposição com RV, a partir da redução de sintomas de ansiedade, inclusive no TP – com ou sem sintomas agorafóbicos, de acordo com os critérios presentes no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) e a Classificação Internacional de Doenças (CID). Essa tecnologia é apontada na literatura como um meio eficaz, viável, frequentemente bem aceito e com o mínimo de efeitos colaterais. Dentro eles, destaca-se a cybersickness, caracterizada por um conjunto de sintomas como náuseas, tonturas, desorientação, cansaço visual e vertigem.

As revisões sistemáticas analisadas apontam resultados a favor do uso de RV em sintomas ansiosos em comparação ao grupo controle. Metanálises demonstraram tamanho de efeito moderado versus placebo, enquanto a comparação do uso de RV com as exposições in vivo não demonstra diferença significativa.

A tecnologia de RV é utilizada para exibir ambientes virtuais que reproduzam situações ansiogênicas, utilizadas como cenário para exposições. Tal qual ocorre nas exposições ao vivo

e imaginária, uma hierarquia de estímulos temidos pelo paciente é construída, e esses estímulos são integrados em ambientes virtuais, com o objetivo de que o paciente interaja neles da mesma forma que agiria no ambiente real.

Também foram revisados os aspectos fundamentais para a interação do paciente com o ambiente nas exposições. Destaca-se o conceito de imersão, que diz respeito ao quanto o usuário se sente mentalmente e emocionalmente absorvido em ambientes virtuais, e é diretamente relacionado ao sistema imersivo, sensação de presença e validade ecológica.

CONCLUSÃO

Este trabalho buscou analisar as contribuições da Realidade Virtual (RV) no tratamento do Transtorno do Pânico (TP), com ou sem Agorafobia, por meio da Terapia de Exposição em Realidade Virtual (TERV), inserida no contexto da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC). Sendo assim, os principais achados indicam que a RV é uma ferramenta eficaz, viável e bem aceita pelos pacientes, promovendo redução significativa dos sintomas de ansiedade e ataques de pânico, com efeitos comparáveis à exposição in vivo. Além disso, os efeitos adversos são mínimos, destacando-se apenas a cybersickness (náuseas, tonturas e desorientação), que não inviabiliza o uso da técnica.

Ademais, a TERV demonstrou-se particularmente útil na reprodução de ambientes ansiogênicos, permitindo a construção de hierarquias de exposição personalizadas e a interação do paciente com estímulos temidos de forma controlada e gradual. O ambiente imersivo e a sensação de presença no ambiente virtual foram fatores essenciais para a eficácia da intervenção, reforçando a importância da validade ecológica dos cenários simulados. Em síntese, a RV apresenta-se como uma ferramenta promissora no tratamento do TP, com potencial para ampliar as opções terapêuticas e reduzir barreiras de acesso. Portanto, demais pesquisas deverão ser realizadas, com a finalidade de promover tratamentos que retomem a funcionalidade de pacientes afetados pelo transtorno, a partir da combinação do que há de mais moderno na tecnologia com o tratamento em saúde mental baseado nas melhores evidências.

REFERÊNCIAS

American Psychiatric Association. (2022). Anxiety Disorders. In Diagnostic and statistical manual of mental disorders (5th ed., text rev.).

Andersen, N. J., Schwartzman, D., Martinez, C., Cormier, G., & Drapeau, M. (2023). Virtual reality interventions for the treatment of anxiety disorders: A scoping review. *Journal of behavior therapy and experimental psychiatry*, 81, 101851.

<https://doi.org/10.1016/j.jbtep.2023.101851>

Bell, I.H., Pot-Kolder, R., Rizzo, A. et al. Advances in the use of virtual reality to treat mental health conditions. *Nat Rev Psychol* 3, 552–567 (2024).

<https://doi.org/10.1038/s44159-024-00334-9>

Carvalho, M. R. de ., Freire, R. C., & Nardi, A. E.. (2008). Realidade virtual no tratamento do transtorno de pânico. *Jornal Brasileiro De Psiquiatria*, 57(1), 64–69.

<https://doi.org/10.1590/S0047-20852008000100012>

Lundin, J., Lundström, A., Gulliksen, J., Blendulf, J., Ejebey, K., Nyman, H., ... Hedman-Lagerlöf, E. (2022). Using 360-degree videos for virtual reality exposure in CBT for panic disorder with agoraphobia: a feasibility study. *Behavioural and Cognitive Psychotherapy*, 50(2), 158–170. doi:10.1017/S1352465821000473 Wu J, Sun Y, Zhang G, Zhou Z and Ren Z (2021) Virtual Reality-Assisted Cognitive Behavioral Therapy for Anxiety Disorders: A Systematic Review and Meta-Analysis. *Front. Psychiatry* 12:575094. doi: 10.3389/fpsyg.2021.575094

Schröder, D., Wrona, K. J., Müller, F., Heinemann, S., Fischer, F., & Dockweiler, C. (2023). Impact of virtual reality applications in the treatment of anxiety disorders: A systematic review and meta-analysis of randomized-controlled trials. *Journal of behavior therapy and experimental psychiatry*, 81, 101893.

<https://doi.org/10.1016/j.jbtep.2023.101893>

ENTRE FRONTEIRAS E POSSIBILIDADES: ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NO ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES REFUGIADAS

Larissa de Queiroz Muniz; Emanuelle Gomes Romano; Katherine Carvalho Guerra; Gabriella Ramalho Batista; Ana Cláudia de Azevedo Peixoto (Professora Orientadora) UFRRJ
Email para contato: lqmuniz@hotmail.com

Resumo

Este estudo buscou, através da Revisão Integrativa da Literatura, compreender os impactos da experiência do refúgio na subjetividade e na saúde mental da criança migrante, além de investigar os instrumentos e ferramentas utilizados por profissionais da psicologia no cuidado dessa população. Os resultados apontaram efeitos significativos do deslocamento forçado para o desenvolvimento socioemocional e educacional da criança, bem como desafios importantes implicados no processo de adaptação e integração no país hospedeiro. Ressaltou-se, ainda, a importância da escuta às narrativas e discursos infantojuvenis a fim de visibilizar e validar os sentimentos e significações atribuídos pela criança à vivência da migração - sendo esse o principal instrumento da psicologia. Soma-se a isso a incorporação de princípios da clínica ampliada como forma de fortalecer as redes de cuidado ao considerar aspectos socioculturais no acolhimento à população migrante. Assim, a pesquisa conclui sobre a relevância da atenção e cuidado à situação de migração infantil no Brasil e reforça, principalmente, a necessidade de criação de novas ações e intervenções da psicologia para o acolhimento desse público, visando possibilitar uma adaptação mais saudável e o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente em situação de refúgio.

Palavras-chave: crianças refugiadas; saúde mental; ações de acolhimento; psicologia; migração.

Introdução

Em escala mundial, de acordo com dados da ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados) (2024), mais de metade da população mundial de refugiados é formada por crianças, no qual os jovens de 15 a 24 anos constituem, também, uma grande parcela¹. Nesse contexto, a proteção internacional das crianças em situação de refúgio é imprescindível e exige uma abordagem específica que leve em conta a vulnerabilidade e os riscos únicos que

enfrentam. Martuscelli (2018) destaca que é necessário identificar que as crianças são um grupo social específico, desse modo, podem ser perseguidas, justamente, devido à condição de infância. A autora, ainda, ressalta como esse reconhecimento pode ser o “primeiro passo” na busca da garantia da proteção delas. A importância deste trabalho se fundamenta nos índices crescentes de crianças solicitantes de refúgio no Brasil, reconhecendo a necessidade de se investigar quais instrumentos são utilizados pela Psicologia no Brasil para o acolhimento destes. O processo de saída de seu território e chegada em um outro país, por vezes, é marcada por experiências violentas que atravessam o desenvolvimento psicossocial e a saúde mental das crianças em deslocamento. A psicologia, através de um acolhimento adequado com instrumentos válidos, pode facilitar a integração social da criança migrante e refugiada, auxiliando a promoção do seu bem-estar a longo prazo.

Desse modo, é preciso reconhecer a importância de um olhar aprofundado sobre a realidade dessas crianças e adolescentes, de maneira que seja possível promover a proteção e inclusão destas. Visto que essa população é particularmente vulnerável, suas necessidades precisam ser reconhecidas e abordadas para que os direitos fundamentais dessas crianças sejam validados.

Metodologia

Para essa pesquisa foi utilizado um método baseado em evidências para visualizar os dados de forma abrangente. Para isso, contamos com a Revisão Integrativa da Literatura Nacional. Logo, o método escolhido possibilitou sintetizar e analisar os materiais bibliográficos dentro do eixo temático que envolvia o impacto do deslocamento forçado, assim como as ações da psicologia para o acolhimento das crianças e adolescentes em situação de refúgio no Brasil. A pergunta norteadora foi “Quais ações estão sendo realizadas no Brasil pela psicologia para acolher crianças e adolescentes refugiados?”. A partir disso, foram utilizadas 22 combinações de palavras-chaves em 3 plataformas.

A seleção dos estudos seguiu o critério de selecionar artigos completos escritos na língua portuguesa. Foram desconsiderados, nesse ponto, teses, dissertações e capítulos de livro. A partir da seleção dos materiais coletados por meio da Revisão Integrativa da Literatura, foi utilizado o método de Análise de Conteúdo por agrupamento semântico, conforme proposto por Laurence Bardin. Com isso, ocorreu a seleção dos resultados que fundamentaram as discussões propostas na presente pesquisa.

Resultados e discussões

Diante dos resultados deste estudo, foram apontados alguns obstáculos enfrentados pelas crianças em situação de refúgio durante o processo de adaptação e integração no país acolhedor, dentre os quais menciona-se: aprender um novo idioma, renegociar sua identidade cultural, lidar com o isolamento social e com a discriminação (Bezerra; Borges; Cunha, 2019), perpassar pela falta de inclusão escolar e pela ausência de políticas de acolhimento adequadas, bem como - muitas vezes - pela condição de vida precárias, com falta de segurança alimentar e moradias adequadas (Abelson; Silveira; Assis, 2023). Nesse sentido, foi evidenciado o quanto a exposição constante ao estresse pode contribuir para o surgimento de disfunções emocionais e físicas, especialmente quando não há suporte social e familiar adequado (Andrade; Franco; Cardoso, 1999). Desse modo, essas vivências estressoras, que se apresentam como alguns dos desafios do processo migratório, contribuem para intensificar problemas psicológicos, que corroboram no aumento do risco à transtornos ansiosos, depressivos e de Estresse Pós-Traumático (Bezerra; Borges; Cunha, 2019).

Os resultados ressaltam, ainda, que esse trabalho deve ser acompanhado de políticas públicas que se preocupem com a aprendizagem da língua e com a narrativa da própria criança (Marks, Ejesi, Coll, 2014 *apud* Bezerra; Borges; Cunha, 2019). Nesse sentido, a partir das discussões da pesquisa, foi possível destacar a importância do olhar e da escuta direcionados para a perspectiva da criança sobre sua própria experiência migratória, no entanto “Em nenhum país de chegada, há registros de acolhimento e escuta do desamparo infantil” (Abelson, Silveira e Assis, 2023, p. 8), o que ratifica a falta de protagonismo à perspectiva da criança no contexto de deslocamento.

Primo e Rosa (2023) reforçam que os profissionais da psicologia devem utilizar a clínica ampliada no acolhimento dos migrantes. As dimensões políticas, econômicas, históricas e sociais devem ser reconhecidas na interpretação dos sintomas. Abelson et al. (2023) ressaltam, também, a importância de adotar um cuidado ao diagnosticar os sujeitos e propor tratamentos unilaterais, pois isso pode responsabilizar o indivíduo por sua trajetória.

Entre os instrumentos da psicologia investigados, o uso dos desenhos demonstrou-se um ótimo recurso a ser utilizado com crianças e adolescentes, além de outras abordagens metodológicas, como questionários, testes, entrevistas e atividades mais lúdicas - podendo ser oficinas de música, fotografias, jogos digitais e oficinas de modelagem,(Bezerra; Borges;

Cunha, 2019; Abelson; Silveira; Assis, 2023).

A diversidade de instrumentos utilizados pela psicologia demonstra a importância de adaptação das intervenções às características e necessidades de cada criança e adolescente refugiado. Porém, embora existam instrumentos e métodos dentro da psicologia para acolher crianças e adolescentes refugiados, há dúvidas se estes são suficientes para compreender a experiência do refúgio.

Conclusão

Entende-se, a partir dos resultados apresentados, que a vivência de refúgio pode ser geradora de grandes desafios na vida de crianças e adolescentes. Nesse sentido, entendendo que as vivências estressoras contribuem para intensificar problemas psicológicos, é determinante que os profissionais da área da psicologia sejam sensíveis às diferenças culturais e às necessidades de cada indivíduo, evitando estereótipos e atendendo de maneira responsável. Respondendo à questão que norteou a Revisão Integrativa da Literatura demonstraram que os psicólogos podem utilizar uma gama de ferramentas para compreender e auxiliar esses indivíduos, pode-se destacar a importância dos desenhos como recurso muito rico para essa faixa etária. É importante que, ao utilizar os instrumentos citados, haja uma adaptação para as necessidades de cada indivíduo. No entanto, esses materiais são satisfatórios para o entendimento pleno da complexidade do refúgio? Os artigos analisados ressaltam a necessidade de atuação com clínica ampliada no contexto de acolhimento da população estudada. Portanto, torna-se essencial que sejam exploradas novas abordagens metodológicas que contemplem a multiplicidade de fatores e que influenciam suas trajetórias e promovam um olhar mais profundo e humanizado sobre as necessidades desse grupo multifacetado.

Referências

Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). (n.d.). *Crianças*.
<https://www.acnur.org/portugues/temas-especificos/criancas/>

Abelson, M. I., Silveira, L. M., & Assis, S. G. (2023). Nas margens da insegurança:



Investigações sobre crianças em situação de migração e refúgio. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 33.

Martuscelli, P. N. (2018). Infância como categoria de perseguição? Crianças refugiadas e proteção internacional. In L. L. Jubilut, F. M. D. Frinhani & R. O. Lopes (Orgs.), *Migrantes forçad@s: conceitos e contextos* (pp. 196–223). Editora da Universidade Federal de Roraima.

Bezerra, C. B., Borges, L. M., & Cunha, M. P. P. (2019). Filhos das fronteiras: Revisão de literatura sobre imigração involuntária, infância e saúde mental. *Revista CES Psicologia*, 12, (2), 26-40.

Primo, J. S., & Rosa, M. D. (2022). O encontro da clinicopolítica com a escola: Tensões entre o singular e o social na escolarização de crianças imigrantes. *Estilos da Clínica*, 27, (3), 332-345

Mota, E. L. A., Franco, A. L. S., & Motta, M. C. (1999). Migração, estresse e fatores psicosociais na determinação da saúde da criança. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 12(1), 185–200.

DESAFIOS DO ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS REFUGIADAS: UM ESTUDO COM PROFISSIONAIS DA SOS ALDEIAS INFANTIS

Katherine Carvalho Guerra; Emanuelle Gomes Romano; Larissa de Queiroz Muniz; Gabriella Ramalho Batista; Ana Cláudia de Azevedo Peixoto (Professora Orientadora - UFRRJ)
E-mail para contato: katherineguerra14@gmail.com)

Resumo

O presente trabalho constitui um recorte da Pesquisa de Iniciação Científica intitulada “Crianças em situação de refúgio em território brasileiro: ações protetivas e locais de refúgio”, desenvolvida pelo Laboratório de Estudos sobre Violência contra Crianças e Adolescentes (LEVICA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). O estudo visou compreender as necessidades das famílias refugiadas acolhidas pela organização não-governamental Aldeias Infantis SOS, identificar as estratégias de proteção e cuidado adotadas e analisar os desafios enfrentados pelos profissionais envolvidos no acolhimento. A pesquisa adotou abordagem qualitativa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com as profissionais da ONG. Os dados foram examinados através da Análise de Conteúdo por agrupamento semântico e comparados aos achados da Revisão Integrativa da Literatura previamente realizada. Os resultados evidenciaram que a instituição oferece suporte abrangente às famílias acolhidas, incluindo moradia, alimentação, assistência médica e psicológica, auxílio financeiro e demais orientações, além de atividades locais de integração. Contudo, destacaram-se desafios significativos, como escassez de políticas, atuação limitada dos órgãos financiadores, choque cultural, xenofobia, *bullying* escolar e dificuldades de adaptação das famílias à dinâmica institucional. Concluiu-se que, embora as ações da organização representem uma importante resposta às demandas emergenciais da população refugiada, ainda são necessárias políticas públicas articuladas e investimentos consistentes que fortaleçam a rede de proteção e assegurem o pleno exercício dos direitos dessa população em território brasileiro.

Palavras-chave: crianças refugiadas; políticas públicas; ações de acolhimento; cuidado; Aldeias Infantis SOS.

Introdução

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados estima que, no ano de 2021, cerca de 50% do total de 21,1 milhões de pessoas em situação de refúgio no mundo são crianças e adolescentes. O dado alarmante requer olhar sensível, principalmente quando se considera crianças em situação de refúgio e desacompanhadas pois, nas palavras de Rezende (2023), estão mais suscetíveis a situações de vulnerabilidade. Em território brasileiro, essas crianças são amparadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990). Rezende (2023) reforça que o Brasil ocupa posição de relevância internacional na temática de acolhimento de pessoas em fluxo migratório, mas ratifica a importância de se lutar pela garantia de direitos básicos, visto que há grandes desafios na implementação de nossas leis, especialmente na proteção integral de crianças e adolescentes refugiados.

Verifica-se que a efetivação dessas garantias legais perpassa o trabalho desempenhado pelas Organizações da Sociedade Civil, que complementam os esforços governamentais e fornecem suporte essencial para o acolhimento dos refugiados. Assim, mesmo que o Brasil se destaque legalmente na proteção de refugiados, as lacunas na fragilidade do sistema de proteção são cobertas pelas Organizações da Sociedade Civil, que assumem papel protagonista nesse acolhimento, fornecendo abrigo seguro e suporte ao desenvolvimento de crianças e adolescentes e compreendendo subjetividades no processo de adaptação (Mialhe; Malheiro, 2016).

Dentre as principais organizações civis atuantes, destaca-se a Aldeias Infantis SOS. A entidade filantrópica atua na prevenção de situações de vulnerabilidade, abandono e violação de direitos, a partir de programas e serviços que subsidiam o desenvolvimento e bem-estar desses indivíduos, incluindo acesso à educação de qualidade, cuidados em saúde, apoio psicossocial e convivência comunitária (Severo et al., 2020). Ainda, no Brasil, o projeto incentiva o protagonismo social e financeiro, bem como a manutenção de vínculos familiares e socioafetivos de imigrantes e refugiados (Severo et al., 2020).

Metodologia

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com as profissionais da Organização Não-Governamental Aldeias Infantis SOS Brasil. Participaram da entrevista a coordenadora, a Assistente Social e a Psicóloga do Programa Brasil sem Fronteiras. A proposta das entrevistas foi compreender, mais de perto, qual o trabalho que está sendo realizado com esse público, como ocorre o processo de

acolhimento e quais são os principais desafios neste trabalho. Para realizar essa visita, foi formada uma equipe de pesquisa composta por 03 alunas graduandas em psicologia, integrantes do LEVICA, e a coordenadora do Laboratório. Este estudo cumpriu as exigências éticas para realização de pesquisa com seres humanos e o projeto foi aceito pelo Comitê de Ética da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, com número 79995023.4.0000.0311. Além disso, a pesquisa se estruturou conforme os requisitos da Resolução 446/12 do CNS e suas complementações.

Resultados e discussão

A partir da análise de conteúdo proposto por Bardin, houve codificação do material com marcações das unidades de registro, detecção de semelhanças e diferenças entre os temas, sendo elas agrupadas por significado das falas e categorização semântica. Sendo assim, foram obtidas quatro categorias: (1) Funcionamento do Aldeias Infantis SOS, (2) Ações de cuidado e de proteção, (3) Desafios enfrentados no acolhimento de famílias refugiadas e (4) Habilidades profissionais e treinamento para o trabalho.

O Aldeias Infantis SOS é uma organização que funciona em parceria com o Programa Brasil sem Fronteiras (BSF), com o objetivo de oferecer acolhimento para famílias refugiadas, principalmente de origem venezuelana, mas também para famílias afgãs. Nesses locais o objetivo é integrar as famílias refugiadas na sociedade. No Rio de Janeiro, a sede acolhe famílias venezuelanas encaminhadas pela Operação Acolhida em Roraima.

Quanto às ações de cuidado e de proteção é possível destacar a busca de vagas nas escolas e creches para as crianças, garantindo a continuidade dos seus estudos no país acolhedor. Além disso, são realizadas oficinas variadas no espaço próprio do Aldeias. No caso dos jovens, além das oficinas, é realizado um projeto de incentivo à empregabilidade, no qual os funcionários da instituição ajudam os adolescentes na elaboração de currículos. Já os pais são encaminhados para cursos de língua portuguesa e profissionalizantes do Senac para cargos de garçom, camareira, auxiliar de serviços gerais, atendimento ao público, etc. Dessa maneira, as Aldeias Infantis SOS evidenciam um modelo de acolhimento e integração de famílias refugiadas que vai além da assistência material, pois ela promove a construção de redes de apoio e o desenvolvimento de habilidades para a vida autônoma.

O Aldeias apresenta dificuldades tanto estruturais quanto na própria dinâmica de adaptação das famílias. Atualmente, eles atingiram a sua capacidade máxima em acolhimento, atendendo

60 famílias refugiadas. O que antes chegava a um número de 150 pessoas, hoje passa por uma queda brusca. A redução no número de acolhidos não se deve à falta de espaço, mas à falta de investimento dos órgãos financiadores, como o ACNUR, que necessitou priorizar as verbas para os territórios que estão em guerra. Esse dado se harmoniza com Santos (2015), que afirma que o Brasil está despreparado para apoiar o grande fluxo de deslocados forçados. Sendo assim, é importante que essa acolhida seja norteada a partir de investimentos públicos, para oferecer maior qualidade no acolhimento e também aumentar o número de contratações e treinamento de profissionais que atuam frente aos obstáculos do acolhimento de pessoas em situação de refúgio.

Conclusão

Nesse sentido, conclui-se que a migração forçada, por sua natureza, impõe desafios únicos que demandam estratégias específicas e atentas às singularidades de cada pessoa e comunidade. Assim, a falta de políticas públicas e de serviços especializados que levem essas especificidades em conta tende a intensificar as situações de vulnerabilidade.

As Aldeias no RJ oferecem um ambiente organizado, seguro e acolhedor, no qual as pessoas atendidas têm acesso à moradia digna - com espaços internos e externos adequados —, alimentação, cuidados médicos e psicológicos, além de suporte para acessar serviços fundamentais, além de apoio para o acesso a serviços essenciais. Os profissionais atuam no fortalecimento das capacidades das famílias, promovendo habilidades voltadas à autonomia, como a inserção no mercado de trabalho, planejamento financeiro e a construção de redes de apoio.

Ao disponibilizar uma variedade de serviços e atividades, a instituição evidencia a relevância de uma abordagem integradora no atendimento à essa população. A pesquisa evidencia que, além de políticas públicas que assegurem a continuidade das organizações da sociedade civil, é necessário que hajam produções empíricas sobre as mesmas, uma vez que há pouco conhecimento sobre as ações e iniciativas dessas instituições devido a escassez de estudos que documentem e analisem suas intervenções. O reconhecimento do papel dessas organizações é fundamental para a captação de recursos, a ampliação de parcerias e a disseminação de boas práticas.

Referências

Brasil. (1990). *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990: Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*. Diário Oficial da União. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/eca-2023.pdf>

Mialhe, J. L., & Malheiro, K. C. (2016). Os refugiados no Brasil e as Organizações Não Governamentais. *Revista de Direitos Humanos em Perspectiva*, 2(1), 37–55.

Rezende, H. (2023). *Não temos uma mãe para você: As crianças refugiadas desacompanhadas no Brasil*. Editora Dialética.

SANTOS, I. D. C. As políticas públicas de proteção e inclusão das crianças refugiadas no Brasil. *Revista de Direitos Sociais e Políticas Públicas* . Minas Gerais. v. 1, n.2, p. 88-107. 2015.

Severo, D. O., Hoefel, M. G. L., Tavares, S., Saúde Coletiva, C., & Ramos, I. A. A. (2020). Projeto Vidas Paralelas Migrantes: Experiência desenvolvida com venezuelanos acolhidos pelas Aldeias Infantis SOS/Brasil. *Revista de Cultura de Paz*, 4, 381–401. <https://www.revistadeculturadepaz.com/index.php/culturapaz/article/view/102>

ESQUEMAS INICIAIS DESADAPTATIVOS, APEGO E DEPENDÊNCIA EMOCIONAL EM MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLENCIA.

Elisângela Maria da Cunha Silva; Ana Cláudia de Azevedo Peixoto; Ana Paula Teixeira de Sousa; Maria Luísa Guimarães Costa (UFRRJ)

E-mail para contato: elicunha0694@gmail.com

Resumo:

O presente estudo teve como objetivo identificar e descrever as percepções de mulheres que vivenciaram a violência provocada por parceiros íntimos, assistidas no Centro Especializado de Atendimento à Mulher, localizado em um município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Reconhece-se que esses serviços desempenham um papel crucial na orientação das vítimas, pois buscam prevenir e combater situações de violência doméstica. Para compreender essa realidade, foi realizada uma pesquisa exploratória de abordagem quantitativa e qualitativa, utilizando o método da inserção ecológica, no trabalho de campo, na observação participante e entrevistas individuais. Participaram quinze mulheres que sofreram violência de seus parceiros ou ex-parceiros. Após análise dos dados obtidos, os resultados apontaram fatores de risco para mulheres adentrarem em uma relação abusiva, são: a dependência emocional, o afeto pelo parceiro, a baixa autoestima e os ciúmes, demonstrado pelo parceiro, sendo interpretados como cuidado. E fatores que contribuíram para a perpetuação da violência, incluindo a preservação da família e pelos filhos, a vergonha, a dependência emocional e financeira. Além disso, foram identificadas consequências prejudiciais, como transtornos mentais e a propensão da mulher a se culpabilizar pela violência sofrida. Posto isto, conclui-se que uma compreensão aprofundada desses aspectos pode contribuir para a eficácia dos serviços de assistência à mulher, como também, para a prevenção da violência contra mulher em outros contextos.

Palavras-chave: Violência doméstica. Parceiro íntimo. Percepções. Mulher. Assistência

Introdução

A Violência por Parceiro Íntimo (VPI) é definida como um conjunto de comportamentos de violência física, sexual, psicológica ou perseguição, perpetrados pelo parceiro íntimo. É considerado um problema de saúde pública e traz impacto social e na vida de mulheres vítimas.

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2021), aponta que 27% das mulheres em todo o mundo, na faixa etária de 15 a 49 anos, já foram submetidas à VPI.

No Brasil, mulheres representaram 91,5% do total de notificações de VPI (BRASIL, 2020). É a violência de gênero mais comum, podendo se manifestar de diferentes formas: física, psicológica, moral, sexual, patrimonial. Concretiza-se em atos como ameaças, xingamentos, humilhações, perseguições, agressões físicas, estupros e, em sua forma letal e os feminicídios.

De acordo com Pereira *et al.* (2018) Existem vários fatores que condicionam a permanência em um relacionamento abusivo, sendo: a expectativa de mudança, a preservação da família, a desvalorização, a inferioridade, o medo de morrer, a dependência financeira e a dependência emocional (DE). Esta última refere-se a um padrão de comportamento resistente à extinção, mantido por reforço intermitente no ciclo da violência, caracteriza-se também, como uma necessidade afetiva em relacionamentos amorosos e uma contingência mantenedora na permanência da vítima em relação conjugal violenta.

Metodologia

A pesquisa seguiu o que está estabelecido nas Resoluções 466/12 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que regulamentam as normas de participação de seres humanos em pesquisa. Submetida e aprovada no Comitê de Ética em Pesquisa, CAEE: 69662723.0.0000.5285, via Plataforma Brasil, com o número do parecer: 6.230.797. E somente depois da aprovação ocorreu a coleta de dados. Além disso, todas as participantes receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e esclareceram dúvidas a respeito da pesquisa.

Levando em conta a importância da temática, foi realizado um recorte da pesquisa de mestrado, sobre: aspectos da dependência emocional, apego e esquemas iniciais desadaptativos em mulheres vítimas de violência. Com objetivo de verificar: aspectos da Dependência Emocional, estilo de apego e Esquemas Iniciais Desadaptativos (EIDs) em mulheres vítimas de VPI, em acompanhamento Psicológico em um Centro Especializado de Atendimento à Mulher (CEAM). A pesquisa de campo ocorreu com quinze participantes fortalecidas em seu processo de intervenção psicossocial. Trata-se de um estudo exploratório com uma abordagem quantitativa-qualitativa, sob a perspectiva teórica da Inserção Ecológica e a aplicação de instrumentos estruturados. Os instrumentos de coleta de dados utilizados

foram os seguintes: Entrevista Semiestruturada, o Questionário de Esquemas de Young (YSQ-S3), o Cuestionario de Dependência Emocional (CDE e a Escala Experiences in Close Relationships – Reduzida (ECR-R Brasil).

Resultados e Discussão

Os resultados apontaram fatores de risco para mulheres adentrarem em uma relação abusiva, são: a dependência emocional, o afeto pelo parceiro, a baixa autoestima e os ciúmes, demonstrado pelo parceiro, sendo interpretados como cuidado. E fatores que contribuíram para a perpetuação da violência, incluindo a preservação da família e pelos filhos, a vergonha, a dependência emocional e financeira. Além disso, foram identificadas consequências prejudiciais, como transtornos mentais e a propensão da mulher a se culpabilizar pela violência sofrida. De acordo com o Questionário de Esquemas: o EID mais prevalente na amostra foi o autossacrifício, presente em 53,33% das participantes, seguido por desconfiança/abuso (40%), negativismo (33,33%), e vulnerabilidade (26,67%).

De acordo com os resultados obtidos no Cuestionário de Dependência Emocional CDE, a média de 59,4% apontou para a Dependência Emocional detectada em seu constructo global. Em relação às dimensões da Dependência Emocional, destacam-se: a ansiedade de separação, com média de 17,4%, e a de expressão afetiva, com 12,4%. Ansiedade de separação refere-se a expressões emocionais de medo frente ao fim do relacionamento, com pensamentos automáticos relacionados a perda e solidão. Já a expressão afetiva é caracterizada pela constante necessidade de afeto e amor com vista a amenizar a sensação de insegurança.

Infere-se que a dimensão ansiedade, em relação ao apego ($M = 3,96$ $DP = 1,96$), foi significativa nas participantes, considerando o apego ansioso o mais prevalente.

Conclusão:

Com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre essa temática essencial e complexa, este artigo apresenta um estudo sobre os fatores cognitivos que propiciam o risco para a vulnerabilidade em relacionamentos abusivos e romperem do ciclo da violência.

Espera-se com este trabalho contribuir para a compreensão e discussão da relação entre fatores que envolvem a permanência das mulheres em relações abusivas contribuir para a compreensão da relação entre Dependência Emocional e a violência em mulheres vítimas e

no conhecimento dos aspectos psicológicos que estão associados ao risco e a vulnerabilidade desta violência. Visto que pode fazer parte de relacionamentos afetivos ao poder de precaução, do conhecimento mediante à situação de violência e em busca de prevenção às relações abusivas.

Referências

Brasil. (2020). *Boletim epidemiológico de violência por parceiro íntimo contra homens e mulheres no Brasil: Dados da Vigilância de Violências e Acidentes* (Vol. 51, No. 49, pp. 1–16). Ministério da Saúde. https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/media/pdf/2020/dezembro/17/boletim_epidemiologico_svs_49.pdf

Fonseca, P. N., Couto, R. N., Silva, P. G. N., Guimarães, C. L. C., & Machado, M. O. S. (2020). Evidências psicométricas do Cuestionario de Dependencia Emocional (CDE). *Avaliação Psicológica*, 19(1), 67–77. <https://doi.org/10.15689/ap.2020.1901.16791.08>

Natividade, J. C., Shiramizu, V. K. M. Uma medida de apego: versão brasileira da experiences in close relationship scale - reduzida (ecr-r-brasil). *Psicologia USP*, [S.L.], v. 26, n. 3, p. 484-494, dez. 2015. FapUNIFESP (SciELO).
<http://dx.doi.org/10.1590/0103-656420140086>.

Organização Mundial da Saúde. (2021). *Violência contra as mulheres*. <https://www.who.int/en/news-room/fact-sheets/detail/violence-against-women>

Pereira, D. C. S., Camargo, V. S., & Aoyama, P. C. N. (2018). Análise funcional da permanência das mulheres nos relacionamentos abusivos: Um estudo prático. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 20(2), 9–22. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v20i2.1026>

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. (2021). *Entrevista Semi estruturada e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para participantes de estudo: Esquemas Iniciais Desadaptativos, Apego e Dependência Emocional em Mulheres em Situação de Violência* [Documento de pesquisa]. Pesquisadora responsável: Elisângela Maria Cunha.

Wainer, R., et al. *Questionário de Esquemas. Terapia Cognitiva Focada em Esquemas*. Artmed